

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO SERVIÇO SOCIAL

MAYARA CRISTINA DE ALMEIDA RODRIGUES

A exploração sexual de crianças e adolescentes:
a produção teórica do serviço social brasileiro no período de 2016 a 2018

Florianópolis
2021

MAYARA CRISTINA DE ALMEIDA RODRIGUES

A exploração sexual de crianças e adolescentes:
a produção teórica do serviço social brasileiro no período de 2016 a 2018

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Serviço Social, do Centro Socioeconômico, da Universidade Federal de Santa Catarina, apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Fabiana Luiza Negri

Florianópolis
2021

MAYARA CRISTINA DE ALMEIDA RODRIGUES

A exploração sexual de crianças e adolescentes:
a produção teórica do serviço social brasileiro no período de 2016 a 2018

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social e aprovado em sua forma final pelo Cursode Serviço Social.

Florianópolis, 18 de maio de 2021.



Documento assinado digitalmente
Rubia dos Santos
Data: 20/05/2021 10:06:12-0300
CPF: 001.252.199-03
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Dra. Rúbia dos Santos Ronzoni
Coordenadora do Curso

Banca Examidora



Documento assinado digitalmente
Fabiana Luiza Negri
Data: 19/05/2021 08:58:24-0300
CPF: 868.018.999-53
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Profa. Dra. Fabiana Luiza Negri
Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina



Documento assinado digitalmente
Helder Boska de Moraes Sarmento
Data: 19/05/2021 09:09:44-0300
CPF: 697.046.789-91
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Dr. Helder Boska de Moraes Sarmento
Avaliador

Universidade Federal de Santa Catarina

Leandra Karsten
Avaliador

Assistente Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis

AGRADECIMENTOS

Eu sempre tive muita facilidade em agradecer, gosto desse ato de demonstrar o quanto as pessoas, às vezes sem perceber, mudaram o meu dia, ou até mesmo a minha vida. E repensando em toda a minha trajetória na UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (em Caps Lock que é pra dar ênfase na universidade pública, rs), decidi escrever o meu sentimento por todos que contribuíram na construção do meu eu, e quem sabe, conseguir materializar em palavras esse eterno sentimento de gratidão e amor que tenho por vocês!

Vou começar falando de duas pessoas que mudaram os rumos da minha caminhada, literalmente, que viram em mim um potencial que eu desconhecia, e de um jeito carinhoso e atencioso, que só essas duas figurinhas têm, tiveram a certeza que sair do interior de SP e mudar para Florianópolis era o que eu precisava fazer. Então em 2015 a Dona Salete e o Sr. Fernando colocaram na minha cabeça que eu precisava fazer o vestibular da UFSC. E em 2016 eu fui aprovada na primeira chamada, mas decidi começar no segundo semestre, afinal, não estava pronta para as despedidas, e agora, escrevendo estas palavras, percebo que eu sempre me despedi, pronta ou não. Obrigada Dona Salete e Sr. Fernando. Sabe quando falamos algumas palavras e automaticamente elas saem de forma doce e carinhosa? Então, é assim que o nome de vocês é citado por mim.

Além de despedidas, também tive renascimentos que merecem ser agradecidos. E um deles aconteceu quando a Fátima e o Josino escolherem ser meus pais, e sem saber, estavam me dando oportunidades, me ensinaram que família vai além do laço sanguíneo. Com eles entendi que as palavras pai e mãe podem ser segurança, conforto e morada. E a partir desse momento eu tive certeza que nunca mais estaria sozinha, teria pais, irmãs e um irmão.

E falando sobre irmãos, quero escrever um pouco sobre os meus, por exemplo, sabe quando você precisa de objetividade? A Lila tem. E quando você quer conselhos verdadeiros? Corra para perto da Layla. Agora, se tiver com algum eletrônico quebrado, pode chamar o Átila. Mas se precisar de alguém para te buscar em qualquer aeroporto ou rodoviária do mundo, liga pra Crildinha. E foi assim que nasceram as meninas Superpoderosas, ops, na verdade foi assim que o sobrenome Rodrigues passou a ser tão valioso na minha identidade. E o mais louco é que com essa família eu já sentia muito amor, e mesmo assim meus irmãos resolveram me

mostrar que eu poderia amar mais, e trouxeram o Mário, o Luciano, a Anne e o Edson, e com essa junção, eu descobri que poderia ter várias identidades, a de filha, de irmã, cunhada e de tia. E que delícia é ter o Marlon, Miguel, Arthur e Helena, como sobrinhos.

E a vida seguiu, mas parece que tem um Deus que não cansa de me agradecer, e falou assim: não te dei altura, mas vou te dar incontáveis metros de árvore genealógica. E então, em 2006, ELE me colocou na vida da Layla e do Luciano, meus pais, que me deram luz, voz, amor, e do jeito deles, me encheram de coragem e sonhos. Sem esses dois, algumas partidas teriam sido impossíveis. Obrigada “gordão” por tantos traços, nem a biologia explica eu ser tão parecida com você, a sua persistência em me ver feliz me fez chegar tão longe que te agradecer nunca será o bastante, e VAI CORINTHIANS. Laylita, obrigada por ouvir minhas histórias, nos dias de dor ser o meu remédio, por muitas vezes me lembrar que as estradas são difíceis, mas que quando estamos juntas, o impossível se torna fácil. Viver é lindo quando se tem vocês.

Falar em família, no contexto que vivo, sempre foi fácil, pois a demonstração de afeto é algo comum no círculo dos Reis. Você chega de mansinho, e quando vê já tá chamando a Erotides de avó, e é aí que se encontra o trevo de 4 folhas, ou como ela prefere dizer, a borboleta azul. E nenhuma poesia de Drummond chegará aos pés das poesias da minha vó, que veio da Bahia poetizando, e junto com o Cridão fez um lar. Às vezes me pego pensando que triste é a vida de quem não teve o prazer de conviver com meu avô, mas foram tantas histórias boas, que contá-las é como apresentá-lo para o mundo. E aos meus avós eu sou eternamente grata, pois além de tantas risadas e amor, me deram o prazer de ser sobrinha da Neide e do Roldão. Todas as vezes que os vejo fazendo as malas tenho certeza que as aventuras da vida nunca param. E também o prazer em ser sobrinha do Tio Edison (com i) e da Tia Rosa, que tornam os dias abençoados, as prateleiras estabilizadas e o amor sempre intacto. E nessa estabilidade familiar, me vejo sorrindo só de lembrar das incontáveis gargalhadas e mimos que existem na conexão com os meus “irmãos de alma”, além daquele sentimento de alegria nos dias em que sei que o Fa e a Mandica vêm pra passar o fim de semana em casa. Mas há também aquela saudade dos encontros de família, aqueles dias em que o Dé pescava e colocava o pagode pra tocar. Eram esses os dias em que eu sempre reencontrava meus primos, Thiago e Alan. E me grudava no pé da Lene, esperando ouvir ela dizer: iiiiih.

Lipe, obrigada pelos memes, pelas madrugadas que passamos fofocando, por toda a disposição em fazer pipoca, e por me dizer que eu passava mais tempo falando do TCC do que realmente escrevendo ele (kkkk). Espero que todos esses anos sendo sua irmã sejam multiplicados por mil.

Nando, obrigada por me tornar parte da sua vida, por me defender, por me ouvir e me ligar SEMPRE. Te ter como irmão é a certeza de que o carnaval nunca acaba. Que a gente ainda possa brindar e dançar muito, juntos. Eu sinto sua falta, mas acompanhar o seu crescimento é o que me enche de orgulho.

Léo, que você nunca desista de me aconselhar no amor, que esse espírito de aventura nunca desgrude de você. Pois segundo o horóscopo, peixes precisa de Leão para colocar os pés no chão. E eu preciso saber que sempre terá alguém para madrugar corrigindo meus trabalhos acadêmicos, ou só rindo das nossas besteiraiadas mesmo.

Obrigada Grazi e Vani, vocês são partes essenciais na minha vida. Minhas leoninas tão diferentes, Gra você com o seu jeito intenso me conquistou e me fez te amar. Vani, te ter como amiga é garantir que entre tapas e beijos a gente segue juntas, rindo e tomando açaí.

Tio Rogério, te agradecer é inevitável. Obrigada por fazer a diferença na sua vida, e me mostrar que para mim isso também era possível. Te levo em sobrenome, e no meu coração sempre terá espaço pra vocês, Dani e Isaac

Finalizar esse TCC, é como uma retrospectiva de todos os meus dias em Floripa, é trazer à tona um mar de infinitos aprendizados, de um amadurecimento que eu não esperava, é ser grata por todas as vezes que o vento Sul soprou e me fortaleceu. E foi nessa ventania toda que eu conheci o Mathaus, que chorou comigo, segurou a minha mão, e foi incontáveis vezes a minha dupla e meu melhor amigo. Ma, que você tenha sempre consciência do meu amor por nós, pela casa que moldamos, por suas risadas únicas, os almoços de domingo, e por me deixar se parte da sua família.

E já descabelada, o vento soprou ainda mais forte, e me trouxe a Bruna, que me ensinou a pensar além do que a universidade falava, me ensinou a fazer caldo de feijão, bebeu vinho comigo, assistiu aquele filme que bah me afogou em lágrimas, me levou pra Porto Alegre, e não contente me fez sofrer de dor no coração quando resolveu trilhar em outras estradas, mas me alegra todos os dias mostrando que a distância não desfaz o nosso elo, te amo Brubis. E uma coisa engraçada, é que o

vento sul realmente existe, e é bem frequente em Florianópolis, e nessa frequência doida, conheci o Diego, que me trouxe alegrias, lealdade e coragem de ser quem sou, me mostrou, do seu jeito todo expansivo, que eu aguento virar uma noite dançando, mas para isso eu tenho que ter certeza que no dia seguinte eu vou ter ele acordando do meu lado, atrasados, correndo pro TICEN. Ai guria, será que você tem noção de que eu e você já somos aqueles clichês de amizade verdadeira? Obrigada por brilhar, e me colorir ainda mais quando me apresentou o Paulo, a Deivid, e o Will, cada um de vocês é representatividade, é luta, é a certeza de um fim de semana ensolarado, com direito a marquinha de biquíni, insolação, caipirinha e infinitos debates.

Aline, obrigada pelas cervejinhas, pelas jantas, pelas vezes que me deu umas chacoalhadas. Por dizer sim as minhas loucuras, são tantas histórias e desabafos, que eu só tenho a agradecer por aquele bendito dia em que fomos trabalhar juntas. Desde então te tenho comigo, e não esquece, amigas de trovão.

Shyrley, vulgo Mateus, que suas pulseiras continuem fazendo barulho. Esse seu coração gigante tornou as noites da universidade um lugar melhor, a cada vez que eu mexia na galeria do meu celular, eu encontrava uma foto sua, ou nossa, ou algum áudio dizendo que ia trancar tudo e sumir. Ainda bem que você desistiu dessa ideia, e seguiu forte.

Obrigada a IDES, especificamente a Carlise, Carla, Linds, Virgis, Bruna's, Angélica, Juan, Barbara, Murilo, Carine e Vânia. Me ensinaram o amor à profissão a cada palavra que traziam nas reuniões, almoços e comemorações. Sentir a falta de vocês é a certeza que a amizade prevalece.

Agradeço infinitamente a todas as amigas que Florianópolis me proporcionou, são únicas e valiosas. Agradeço por ter tido a experiência de ver que algumas pessoas, mesmo longe, permaneceram em minha vida. Assim eu cito a Maria, minha amiga irmã, que chorou quando me viu indo, mas sempre me recebeu nas vindas, não deixou, nem por um momento, que a distância quebrasse o que construímos. As suas ligações me deixavam forte, poder desabafar e te ouvir sem te abraçar doía, mas a certeza de que tudo o que sentimos uma pela outra é recíproco, torna a vida mais simples, independentemente da localização. E nessa de localização, deixo aqui meus agradecimentos infinitos a Fernanda, que a primeira coisa que me disse quando me viu de malas prontas foi: amiga, anda sempre com o GPS nas mãos. Além dos conselhos sobre a minha alimentação a base de milho

cozido e miojo. Fer, você é uma das pessoas mais generosas que conheço, que sorte a minha te ter por tantos anos. E ainda quero comemorar mais anos de amizade com a Helen, nunca vi alguém tão desprendida da zona de conforto, se tiver que ir ela vai, e constrói uma vida de aventuras e experiências, você me inspira.

Antes de terminar, preciso, de todo o meu coração, agradecer à minha orientadora. Fabiana você tem uma paciência e inteligência incontestáveis, sem você esse trabalho não seria possível, você me mostrou, com toda calma, que é possível desenvolver uma pesquisa, me motivou a cada reunião que tivemos. Desculpa se os prazos ficaram apertados e obrigada por confiar no meu potencial. Que todo orientando tenha a sorte que eu tive de ser orientada por você.

Por fim, antes que esses agradecimentos virem uma biografia, agradeço a mim, que não desisti, que tive coragem de ir para o mundo, que chorei, sorri, e aprendi a importância de me amar, e de compreender os processos que passei. Tenho orgulho da mulher que venho me tornando.

Obrigada a Deus, por me guiar.

E a Mãe Maria, que sempre passou na frente me abençoando!

Dedico este trabalho ao Senhor Euclides que, quando me viu mudando de estado, me abraçou e chorou, e por segundos me abençoou em todo o seu infinito amor. Mas quando voltei para visitá-lo, ele me abraçou e chorou, e naquele abraço fiz novamente minha morada. Que “jeguera” são os dias em que a saudade aperta, que falta faz o aperto dos seus abraços. Bença Vô!

Tenho sangrado demais,
Tenho chorado pra cachorro,
Ano passado eu morri,
Mas esse ano eu não morro.
(BELCHIOR, Antônio Carlos. "Sujeito de
Sorte". Álbum *Alucinação*)

RESUMO

Este trabalho analisa as produções teóricas do Serviço Social brasileiro sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes, entre os anos 2016-2018. Fez-se um levantamento das publicações, nas revistas *Serviço Social e Sociedade* e *Temporalis*, e dos artigos apresentados no ENPESS, acerca da exploração sexual de crianças e adolescentes em âmbito nacional, mostrando como se teoriza a inserção dos sujeitos nesta expressão da questão social. Explica-se, a partir de referenciais teóricos, a história, motivos, legislação e o que o Serviço Social vem falando e fazendo sobre o tema. No que diz respeito à quantidade de publicações especializadas sobre a questão, avalia-se se são suficientes para complementar a formação e as ações profissionais diante deste tipo de violência. Trata-se de pesquisa com caráter de revisão bibliográfica, fazendo análise quantitativa e qualitativa das publicações e apresentações, todas selecionadas segundo as palavras-chaves relacionadas ao tema investigado.

Palavras-chave: Criança. Adolescente. Violência. Exploração Sexual. Abuso.

ABSTRACT

This work analyzes the theoretical production from Social Work in Brazil about the sexual exploration from teenagers and kids between 2016-2018. A survey was made from the publications on the Magazines "Serviço Social e Sociedade" and "Temporalis", and from the articles presented on "ENPESS" about the sexual exploration from Teenagers and kids in nationwide, showing how theorize the subject insertion in this expression of the social question.

It explains, from theoretical references, the history, the reasons, legislation and what the "Social Work" is discussing and doing about the theme. With the regard to the amount of specialized researches about the question, evaluates if it's enough to complete the formation and the professional actions facing this kind of violence. It is research with bibliography revision character, doing quantitative and qualitative analysis from the publications and presentations, all of them selected according to the keywords related to the investigation of the Theme. This research objectives present the datas based on the literary information from the "Centros de Atenção Psicossocial" (Psychosocial Attention Center) that often work with teenagers and children victims from sexual exploration, bring real reports from the professionals.

Keywords: Kids, Teenagers, Violence, Sexual Exploration, abuse.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	
A TRAJETÓRIA E AS CONCEPÇÕES SOBRE A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	17
1.1 1.1 O Serviço Social e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	22
CAPÍTULO 2	
A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS REVISTAS <i>TEMPORALIS</i> E <i>SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE</i>	27
CAPÍTULO 3	
A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES DE SERVIÇO SOCIAL.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48
APÊNDICE.....	52

INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz como objeto de pesquisa a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, temática esta abordada nas primeiras fases do curso de Serviço Social, especialmente nas aulas de antropologia. A partir deste momento, ainda enquanto discente, começou-se a questionar qual seria o trabalho da/o assistente social frente a esta expressão da questão social e com o passar dos semestres, nota-se que este assunto não era frequente nos debates acadêmicos, muitas vezes sendo apenas classificado como uma referência complementar. Assim, trouxe desde então o interesse de torná-lo ainda mais público e de compreensão mais acessível, além de contribuir com a revisão de literatura acerca deste tema, pois apresentando o material que vem sendo discutido em seminários e periódicos, também se apresentam as mudanças relativas às nomenclaturas e os questionamentos acerca da legislação vigente.

Dito isso, esta pesquisa concentra-se sobre as publicações especializadas do Serviço Social no Brasil, entre os anos de 2016 e 2018, reunidas nos periódicos *Serviço Social e Sociedade* e *Temporalis*, e no *Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)*. A partir destas determinantes, vale ressaltar que a escolha da revista e do evento a serem pesquisados se deu após muitas reuniões de orientação, a qual chegou-se ao consenso de que estas duas revistas possuem uma maior circulação entre os profissionais da área e o ENPESS é o maior e mais amplo evento de pesquisa da área. Já a escolha do período partiu do princípio de que os três últimos anos seria um período cabível para exportação dos dados, visando um tempo não tão extenso e mais atual, pois com a conjuntura do tempo presente o calendário acadêmico passou por redução e com isso o tempo de execução da pesquisa ficou reduzido, além do fato de tudo ser feito através de acesso remoto, o que dificulta a pesquisa de dados. A partir da leitura deste material, problematizou-se o modo como os Assistentes sociais teorizam sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes em suas pesquisas. Mesmo com essa delimitação dos anos das publicações, a teoria apresentará o marco inicial muito anterior a esse período delimitado, assim o leitor compreenderá que a exploração sexual de crianças e adolescentes provém de uma estrutura social desigual, que ainda traz consigo valores conservadores pautados no silenciamento das vítimas. Para o Serviço Social, enquanto profissão de luta e, conforme descrito em seus

princípios fundamentais, sempre em defesa dos direitos humanos, ter pleno conhecimento do abuso sexual de crianças e adolescentes, desde seu histórico até os meios de combate, faz toda a diferença no atendimento às vítimas. Esta pesquisa tem como objetivo sintetizar as concepções e conceitos utilizados diante da exploração sexual, discorrer sobre as mudanças na abordagem do tema por parte dos pesquisadores que publicaram nos periódicos e do evento selecionados.

Objetivo geral foi entender de que forma a produção teórica do Serviço Social, entre os anos de 2016 e 2018, vem contribuindo para a divulgação e o aprendizado dos profissionais acerca do tema da exploração sexual de crianças e adolescentes. O método utilizado está aliado à análise de dados quantitativos e qualitativos. Trata-se de pesquisa de revisão bibliográfica, organizando o material por ano de publicação, quantidade e o aspecto abordado diante do tema. Sendo assim, este trabalho consiste em uma revisão bibliográfica, tendo uma análise quantitativa das publicações e uma análise qualitativa do discurso esboçado em tais revistas e evento.

A estratégia utilizada foi investigar os resumos dos periódicos em busca das palavras-chave relacionadas ao tema, as palavras pré-determinadas foram: criança, exploração e violência. Uma vez encontradas, o artigo passou por análise, identificando a abordagem diante do assunto, passando a integrar as referências discursivas do trabalho. Para organização dos artigos, foi criada uma tabela no Excel, constando os seguintes tópicos: Revista, Autor, Título, Ano, Resumo, Link de acesso, Palavra-chave, e um trecho de destaque do texto (Apêndice 01). A análise do material publicado nos periódicos e nas apresentações do evento, formou um total de 54 artigos.

Os artigos analisados são todos voltados para a área temática da exploração sexual de crianças e adolescentes, além disso, todos se iniciam com um contexto histórico sobre os abusos contra crianças e adolescentes. O que os diferencia é a vertente que seguem: alguns autores encaminharam sua pesquisa para o abuso infantojuvenil intrafamiliar, trazendo entrevistas em que profissionais do Serviço Social davam relatos sobre as vítimas que já atenderam neste contexto de violência; há aqueles que trazem a importância das redes de proteção em conexão com a legislação vigente, fazendo um comparativo de articulação com o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Todos trazem um vasto conhecimento acerca do assunto, com dados do aumento dos casos de violência, os

tipos de abuso existentes, além do complemento das ações e medidas adotadas pelos profissionais, governo e sociedade civil.

Para tanto, esta pesquisa está dividida em três capítulos. O primeiro começa com a trajetória e as concepções sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes, descrevendo o contexto histórico que explica esta temática, denotando a linha temporal da legislação, do enfrentamento nacional sobre este tipo de violência e as discussões acerca desse assunto no âmbito do Serviço Social brasileiro. Importante destacar que esse capítulo correlaciona dados históricos internacionais, que influenciaram nos planos de enfrentamento nacional. No decorrer do texto se fez necessário pautar, com referências teóricas de outras autoras, que a violência infantojuvenil advém de uma sociedade com um longo histórico de desigualdade social, o que até hoje se pauta em diversos preconceitos, como o racismo, machismo, autoritarismo, entre outros. Outro aspecto significativo é que a exploração sexual é um fenômeno causado por aliciadores, o qual se desenvolve na prostituição infantil – nomenclatura errônea, como se demonstrará no decorrer do trabalho –, no tráfico para comércio sexual, no turismo sexual infantil e na pornografia infantil. Outra forma de violência é a pedofilia, a qual é abordada fora das explicações dadas pela mídia ou pelo senso comum.

Seguindo para o segundo capítulo, teremos em debate sobre a produção do conhecimento em relação a exploração sexual de crianças e adolescentes nas Revistas *Temporalis* e *Serviço Social e Sociedade*. Este se voltou para a análise de conteúdo das revistas citadas, fazendo uma breve contextualização das publicações, avançando para os dados quantitativos – tendo cinco artigos voltados para a temática da violência e exploração infanto-juvenil nos anos de 2016, 2017 e 2018 na revista *Temporalis*, e quatro artigos na *Serviço Social e Sociedade*. Na atual conjuntura, afetados pela crise deflagrada pela pandemia da COVID-19, se utilizou exclusivamente da internet como meio de pesquisa para o levantamento de dados e, com isso, se notou uma dificuldade no acesso ao conteúdo da revista de forma *online*.

Por fim, o terceiro capítulo traz reflexões acerca da produção de conhecimento sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Esse capítulo analisa os artigos apresentados nos ENPESS(s); entre os anos de 2016 e 2018; visto que o evento acontece a cada dois anos, busca-se apresentar como o debate acerca do

tema escolhido para esta pesquisa ocorre na produção mais recente do Serviço Social. No decorrer do texto demonstram-se os impactos do capitalismo para a existência da exploração sexual, os impactos deste na vida das vítimas, os meios de combate, além da importância que o Serviço Social tem como um dos atores para a luta contra esta violência. Apresentam-se artigos do Código de Ética do Serviço Social, que tem como intuito mostrar as diretrizes necessárias na postura do profissional.

Sobretudo o trabalho visa apresentar os resultados da pesquisa apresentando a importância das publicações para a complementação da formação profissional, pois todos estes artigos trazem informações únicas, que por vezes se volta para determinadas regiões do país, mas que em contrapartida aponta a importância que a profissão tem quando integrada a uma equipe multiprofissional. Na escrita dos capítulos houve dificuldade para o levantamento de dados, pois, infelizmente, a baixa produção nas revistas e a complexidade de encontrar as produções apresentadas no ENPESS, tornam a divulgação do conhecimento limitada. Para apresentar todos os dados aqui existentes, precisou-se acessar os periódicos das universidades que promoveram o evento, além de contar com o intermédio da orientadora Fabiana Negri, que em seus registros particulares, possuía o arquivo em PDF das publicações do ENPESS de 2018. Porém foi preciso acessar cada arquivo existente no CD, o que tornou o estudo dos artigos para coleta de dados dificultosa. Assim, tem-se como crítica, que a informação não alcança todos as Assistentes Sociais, e mesmo que as poucas publicações deste período deem conta de explicar com ótimos embasamentos teóricos a exploração sexual de crianças e adolescentes, a mesma não tem um alcance geral. Deixando a informação exclusiva para aqueles com mais acesso a determinadas tecnologias.

1. A TRAJETÓRIA E AS CONCEPÇÕES SOBRE A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Apresenta-se aqui o contexto histórico sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes, denotando a linha temporal da legislação, do enfrentamento nacional sobre esse tipo de violência e as discussões acerca desse assunto no âmbito do Serviço Social brasileiro. Ademais serão apresentados dados históricos internacionais objetivando analisar sua influência em nossos planos de enfrentamento.

A exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA) não é um assunto novo, e tão pouco um problema resolvido, conforme descrito por Bremm e Bidarra (2008, p. 1), “origina-se da estrutura desigual da sociedade brasileira, pautada pela dominação de classes, gênero, raça e das relações autoritárias estabelecidas entre adultos e crianças”. Cabe destacar que a exploração ou o abuso infanto-juvenil, é definido pela militância na categoria de interações sexuais infanto-juvenis, dando ênfase à alteridade do poder do abusador, às diferenças de idade e posição social, utilizadas para a coação da vítima. Lowenkron traz a seguinte definição:

O que é fundamental na definição do “abuso” é que o consentimento sexual da criança não é considerado válido, de modo que ela é sempre vista como “objeto” de satisfação da lascívia alheia e nunca como “sujeito” em uma relação sexual com adultos ou, dependendo do caso, mesmo com uma outra criança ou adolescente mais velhos. (LOWENKRON, 2010, p.08).

Para entender um pouco mais sobre a origem do abuso infantil, é necessário diferenciar os tipos de violência sexual. Por vezes, com tantas informações da mídia a tendência é alienar-se dos fatos ou buscar explicações numa única fonte. As definições que aqui se apresentam, estão fundamentadas na pesquisa realizada pela autora Laura Lowenkron (2010). Primeiramente destaca-se a exploração sexual, como fenômeno causado por aliciadores¹, nesta perspectiva também se encontram: a prostituição infantil, o tráfico para comércio sexual, o turismo sexual infantil e a pornografia infantil. Em grande medida é possível indicar que as vítimas são quase sempre crianças e adolescentes vulneráveis socialmente, oriundas de famílias pobres e até mesmo com a ausência de um responsável legal. Outra forma de violência é a pedofilia, que há alguns anos vem se ampliando atingindo uma

¹ Pessoas que exploram de forma sexual a criança e/ou adolescente, podendo ser familiares, “clientes”, estabelecimentos comerciais, agências de viagens, entre outros.

parcela significativa de crianças e adolescentes. Fortunato (2007, p. 69) define a pedofilia como:

um transtorno parafílico², o mesmo que perversão, e que no contexto engloba a fantasia, atração e relação com crianças pré-púberes e adolescentes, não importa raça, cor, credo ou nível cultural e social.

Este interesse sexual, presente em indivíduos de 16 anos ou mais, por vezes é encontrado em crianças pré-púberes, com idade inferior a 14 anos (LOWENKRON, 2010, p.11). Por fim, tem-se o abuso sexual infanto-juvenil, definido como qualquer forma de interação sexual que envolva crianças e adolescentes que, na legislação brasileira, conforme descrito por Lowenkron (2010, p.12), está determinado como “delito de ‘estupro’; no caso de pessoa menor de 14 anos, qualquer modalidade de ato libidinoso, ainda que não haja coerção física ou ameaça”.

Como descrito pelo Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência e Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Mato Grosso do Sul (COMCEX-MS):

Não se pode falar em exploração sexual de crianças e adolescentes na sociedade capitalista sem se considerar o mercado e as relações de produção, consumo e trabalho em um processo permanente de recriação da sociedade de consumidores. Nessa perspectiva, crianças e adolescentes são consumidoras, trabalhadoras e, também, consumidas na forma de mercadorias. (COMCEX-MS, 2016, p.46).

Marx em seus estudos de economia política, desvendando o modo de produção capitalista, já apontava que a exploração é uma marca da sociabilidade capitalista, a qual se expressa na totalidade da vida social. Para Lowenkron (2010) a categoria exploração utilizada para compreender tal questão é advinda da influência de Marx nos movimentos feministas, os quais abordaram a exploração sexual como “fenômeno da prostituição adulta e infanto-juvenil, especialmente, de ‘mulheres’ e de ‘meninas’, entendendo ambas a partir da articulação das noções de mercantilização do corpo e de alienação da pessoa.” (LOWENKRON, 2010). Assim, os movimentos entrelaçam a exploração e o abuso como consequências da desigualdade de gênero. Foi a partir de 1960, com a segunda onda do movimento feminista, que se desenvolveu a crítica ao modelo patriarcal existente no meio familiar, legitimador da

violência de homens contra mulheres e de adultos contra crianças. Na passagem da década de 1980 para a de 1990, essa crítica é incorporada pelos movimentos sociais emergentes que atuam na defesa dos direitos da criança e do adolescente, que passam a tratar o “abuso sexual infanto-

² Parafílico, segundo o autor, é a procura da satisfação sexual através de métodos que não são aceitos pela sociedade.

juvenil” enquanto uma questão política particularizada e especialmente dramática. (LOWENKRON, 2010, p.08).

Atualmente, a ESCA está em constante debate na sociedade civil e nas esferas governamentais, entretanto nem sempre foi assim. Para ser considerada crime nacional, foi necessário que movimentos sociais contra a violência que se instituiu contra a mulher erguessem essa pauta e gerassem uma mobilização (CORTEZ, 2003). O debate passa a se fortalecer, segundo Cortez (2003), em 1986, na região nordeste, quando um movimento em prol dos direitos da mulher atrelado a Organizações Não Governamentais (ONG's), desenvolvia projetos que eram destinados a crianças e adolescentes em situação de abandono, negligência familiar, e aquelas que viviam nas ruas, conseqüentemente sofrendo exploração sexual (LANDINI, 2005, 121-122).

Conforme pesquisado por Lowenkron (2010) o Manual de Direito Penal Brasileiro, escrito por Luiz Regis Prado, descreveu que:

No Brasil, a primeira legislação a prever a presunção de violência foi o Código de 1890, disciplinando no artigo 272 que a violência era quando o ato sexual fosse perpetrado contra menor de dezesseis anos. No entanto, a mera atenção aos códigos não permite decifrar os princípios éticos que orientam as avaliações morais das condutas sexuais. (PRADO, 2006, p. 244 apud LOWENKRON, 2010, p.13).

Libório (2004) defende que a visibilidade da violência acontece em 1990, a partir da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) realizada no início da década de 90, a qual se deteve na investigação de denúncias de casos de prostituição infanto-juvenil, coincidindo com a aprovação do ECA. Souza (2004), descreve o processo do seguinte modo:

Anteriormente a esse período, a criança e o adolescente no país não ocupavam lugar de preocupação tão acentuada por parte do Estado e setores da sociedade civil. A partir de uma série de ações e movimentos - como a instituição do Ano internacional da Criança, em 1979, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR), em 1985, dentre outros - e a promulgação da Carta Constitucional de 1988 e, posteriormente, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, é que essa parte da população foi trazida para o centro das discussões nacionais, sendo, também, considerada como "sujeitos de direitos", em substituição da categoria "menor", outrora empregada. (SOUSA, 2004, p.73).

Ainda sobre essa contribuição de Souza (2004), destaca-se o ano de 1979, marcado por trazer visibilidade às demandas das crianças e adolescentes, pois é no final do século XX que se tem a passagem do Código de Menores de 1979 “para o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, que significou a substituição da

doutrina da ‘situação irregular’ pela doutrina da ‘proteção integral’” (LOWENKRON, 2010, p.06).

É importante enfatizar esses marcos devido a todo contexto histórico de evolução no campo legislativo, pois no código penal brasileiro de 1890 ao de 1940 a violência sexual não tinha como principal indivíduo a vítima, e sim a honra da família: “nesse contexto, a questão mais importante na definição do delito desloca-se do *status* social da pessoa ofendida, se é casada, virgem, honesta” (LOWENKRON, 2010, p.05).

Mundialmente, a ESCA tem seu marco histórico em 1996, quando ocorre em Estocolmo, na Suécia, o I Congresso Mundial contra a Exploração Comercial de Crianças e Adolescentes. Este evento durou 5 dias, e contou com a representação de 122 países. Segundo Cortez (2003), foi a primeira vez que representantes governamentais expuseram a necessidade de analisar esta forma de violência do ponto de vista histórico, cultural, social, psicológico, econômico e jurídico. A organização deste congresso partiu de alguns países, e ONG's, como a *End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purpose* (ECPAT)³. E foi neste congresso que se definiu a terminologia e conceitualização a serem usadas ao se referir à exploração sexual. Sobre os termos utilizados, eles se tornam uma ciência fundamental, pois, conforme Lowenkron (2010, p.20), as terminologias integram os impasses políticos “na medida em que definem formas de entendimento e de atuação, elas funcionam como marcadores de fronteiras sociais, delimitando grupos e posições políticas”.

Após o congresso realizado em Estocolmo, o Brasil passou a criar meios de erradicação da ESCA, como ocorreu em 1997, ao lançar uma campanha nacional de combate ao turismo sexual, no período do Carnaval. Esta propaganda foi uma criação do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), que se associou com a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência, resultando na criação do Disque-Denúncia. Esse meio de comunicação visava dar uma maior viabilidade às denúncias anônimas sobre abusos ou exploração sexual contra crianças e adolescentes. Em seis anos de funcionamento, a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (ABRAPIA)

³ ECPAT tem um papel fundamental no combate e prevenção da violência e exploração de crianças e adolescentes, lançando anualmente campanhas utilizadas por diversos países atuantes no combate desta forma de violência.

recebeu 50.636 denúncias (Cortez, 2003). Atualmente as denúncias e a fiscalização estão comprometidas após a extinção do Ministério do Trabalho.

Santos (2007) apresenta, cronologicamente, em seu livro o enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil, as principais leis nacionais, sendo elas: o Código Penal Brasileiro de 1940, a Lei nº 7.209 de 11/07/1984 que irá alterar os 120 artigos do Código Penal que tratam das definições acerca do crime. Na sequência terá o ECA, a Lei de Crimes Hediondos de 1990 e a Lei da Tortura de 1997, que se agrava quando os crimes de tortura são contra crianças e adolescentes.

O COMCEX-MS, avaliando o ECA, elabora importantes contribuições acerca da legislação ao descrever que:

O ECA também tipifica o delito de exploração da mão de obra de crianças e adolescentes para fins comerciais ilícitos, além de incumbir ao Ministério Público a propositura de Ação Civil Pública para fins de proteção da infância e da adolescência (arts. 201 e 244-B). (COMCEX-MS, 2016, p.13).

Nesse sentido, o ECA (1990) é um importante instrumento que garante os direitos fundamentais e a proteção integral de crianças e adolescentes, e, no que concerne ao enfrentamento à exploração sexual é bastante claro sobre os procedimentos e penalizações quando da ocorrência desse tipo de violação de direitos.

Os artigos 3º, 5º, 17º e 18º da Lei 8.069/90, tratam da proteção integral:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

[...]

Art. 5º - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

[...]

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

[...]

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Portanto, os artigos 17 e 18 do ECA (1990) referem-se especificamente à inviolabilidade física, psíquica e moral, garantindo a proteção de crianças e adolescentes, colocando-os à salvo de qualquer forma de violência.

Assim, compreende-se que muito se avançou na legislação e na compreensão dos direitos básicos das crianças e de adolescentes, porém, mesmo com tantos anos do estatuto, ainda há muito a ser feito para um combate eficaz da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Em 2000, foi aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil (PNEVSCA). Segundo a própria cartilha desse plano, ele tem como objetivo propagar uma síntese metodológica para a estruturação de políticas, programas e serviços para o enfrentamento à violência sexual. A criação desse plano se deu com a participação do Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público, órgãos executivos e também contou com a colaboração da sociedade civil, representados por organizações não-governamentais, além dos Conselhos de Direitos e dos Conselhos Tutelares (DOS SANTOS, 2007).

1.1 O Serviço Social e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

O Serviço Social tem papel importante na erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes. Como descrito pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), o profissional dessa área tem competência para analisar, elaborar, coordenar e executar planos, programas e/ou projetos que visam a garantia e permanência dos direitos sociais.

Em 2012 o CFESS publicou o CFESS Manifesta em face do Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças, no qual expressa a defesa de propostas para a atuação profissional:

- enfrentamento à violência sexual e exploração sexual, bem como à violência doméstica contra mulheres, crianças e adolescentes;
- ações de fortalecimento da erradicação do trabalho infantil e proteção ao trabalho do/a adolescente na condição de aprendiz;
- enfrentamento ao tráfico de mulheres, crianças e adolescentes;
- enfrentamento de todo tipo de violência no contexto escolar e familiar;
- garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes;
- mobilização junto aos movimentos populares, no enfrentamento às violações de direitos em decorrência dos megaeventos. (CFESS, 2012, p. 02).

Além dessas posições técnico-políticas, destaca-se que, em 2004, o Serviço Social em conjunto com outras profissões, trabalhadores e usuários da assistência social, após muitas lutas, conquistou a aprovação da Política Nacional de

Assistência Social (PNAS); a qual emergiu da realização da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2003, criando o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, regulamentado pelo colegiado do Conselho Nacional de Assistência Social, como uma nova perspectiva para a gestão dessa política (ALVES, 2011). A garantia da proteção social para os usuários está dividida em Proteção Social Básica e Especial, sendo assim Alves (2011), explica que:

A exploração sexual comercial infanto-juvenil, este fenômeno se inscreve dentro do princípio de Proteção Especial, pois este princípio está direcionado para o atendimento a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, em decorrência de abandono, maus-tratos físicos e/ ou psíquicos, abuso sexual, situação de rua, situação de trabalho infantil, sendo questões complexas, necessitando de medidas e soluções protetivas. Este sistema de proteção está dividido em Média Complexidade e Alta Complexidade, na qual seus serviços, programas, projetos e benefícios são operacionalizados e coordenados pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS, uma unidade especializada que direciona atendimento continuado às pessoas em situação de violação de direitos, visando orientação e o convívio sócio familiar e comunitário. (ALVES, 2011, p.06).

Mesmo o Brasil estando à frente em suas legislações e políticas sociais de enfrentamento, segue com altos números de denúncias de ESCA. No dia 18 de maio de 2019, data destinada como Dia Nacional do Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, o *site* Agência Brasil⁴, vinculado a matérias sobre os direitos humanos, publicou que, nos primeiros meses de gestão do atual governo, foram registrados no Disque 100, 4,7 mil novas denúncias. Desses números 70% dos casos são todos ligados ao abuso sexual de crianças e adolescentes. Como citado pelo site Observatório do Terceiro Setor:

É um problema estrutural. As políticas públicas não conversam entre si e não oferecem portas de saída para essas crianças e para as famílias em situação de vulnerabilidade. É necessário investir na educação, no combate às desigualdades. (OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR, 2019. s/p).

Lowenkron (2010,p.04), apresenta duas interpretações para explicar o aumento de denúncias: a primeira é a mais pessimista na medida em que esses dados originam-se de um processo pandêmico de abusos sexuais de crianças e adolescentes; a outra, denominada como mais otimista, estima que este aumento não vem de forma repentina, mas sim de um processo de ruptura das leis do

⁴ Esses dados foram retirados do *Site* Agência Brasil, que em 2019 criou uma campanha nacional de conscientização sobre o tema de exploração sexual de crianças e adolescentes. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-05/mais-de-70-da-violencia-sexual-contra-criancas-ocorre-dentro-de>

silêncio, quebrando o motivo conservador de “resolver” essa questão internamente, no berço da família.

A violência sexual não é apenas o ato em si, podendo se manifestar de formas diversas, e o agressor nem sempre é um desconhecido. Por exemplo, os abusos podem vir de forma intrafamiliar ou extrafamiliar, e para entender esses dois tipos, deve-se analisar os envolvidos na situação. Essas subdivisões do abuso sexual, como explicam Bremm e Bidarra (2008, p.02):

Pode se expressar na forma de contato físico ou sem contato físico. As modalidades de abuso sem contato físico são: assédio sexual, abuso sexual verbal, telefonemas obscenos, exibicionismo, voyeurismo e pornografia. As modalidades de abuso com contato físico são: atentado violento ao pudor, estupro e corrupção. Dentre as modalidades de exploração sexual comercial encontram-se: turismo sexual, pornografia infantil, pedofilia e tráfico.

Através dessas divisões se observa o quão complexas são as ações de enfrentamento, o Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (1997, p.8) apresenta essas dificuldades com os seguintes fatores:

No que tange ao abuso sexual intrafamiliar as ações são dificultadas pelo fato de este possuir um caráter familiar, doméstico, privado, criminoso, fatores que contribuem para o silenciamento das vítimas. No que se refere aos casos de exploração sexual e comercial tem-se dificuldades em razão do caráter ilegal, clandestino, comercial e articulado em redes, geralmente muito poderosas, que impõe o silenciamento às testemunhas e vítimas. Essa rede costuma contar com a conivência de muitos policiais, taxistas e outros, o que tem possibilitado a permanência da impunidade dos agressores.

Assim, os profissionais que atuam nesse contexto, precisam de extrema atenção com as vítimas, para não remeterem a culpa a elas, pois como sinaliza Bremm e Bidarra (2008, p. 03) sobre esta responsabilização que “deve ser considerada no mesmo contexto da do consentimento, pois, não há lógica em ser o vitimizado responsável por atos, dos quais esteja participando enquanto dominado”.

Os assistentes sociais atuam diretamente com as vítimas de violência quando integram as equipes dos Centros Especializados de Assistência Social – CREAS no âmbito da política de assistência social, quando atuam nos Conselhos Tutelares e quando integram equipes nas escolas, *locus* privilegiado de identificação dessas violações.

Os CREAS são unidades de atendimento a crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados, como definido pelo site do Governo do Brasil (2019.s/p) os usuários serão atendidos caso tenham sofrido “algum tipo de assédio, de discriminação, de abuso, de violência ou por demandar cuidados em razão da

idade ou deficiência”. Segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS 2004, p. 38), os CREAS são um serviço que “visam a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário no atendimento às situações de violação de direitos”. E de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais do MDS (BRASIL, 2009, p. 28, **grifo nosso**):

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) **que ocorre no âmbito do CREAS**, trata-se de um serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

Portanto, o atendimento a vítimas de violência infantojuvenil ocorrem nestes serviços garantindo o respeito à heterogeneidade, as potencialidades e valores das famílias, assim como buscando articulação com o Sistema de Garantia de Direitos, num trabalho elaborado em rede, contribuindo para a proteção das vítimas e suas famílias buscando fortalece-las.

Outro importante espaço a se destacar, em relação ao atendimento de crianças e adolescentes em risco social e pessoal, são os Conselhos Tutelares, ainda que em muitos casos não atuem com toda uma equipe multiprofissional, a depender de sua configuração, as assistentes sociais em grande medida integram estes espaços por terem a formação em Serviço Social, sendo, segundo o ECA em seu Art. 131 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, um “órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente”.

Outro espaço de importante atuação do Serviço Social são as escolas que acabam por serem os locais onde na grande maioria das vezes se identificam as violações contra crianças e adolescentes, embora poucas mantenham em seus quadros o profissional de Serviço Social. Contudo, dentro das competências profissionais o trabalho do assistente social tem como um de seus objetivos prestar atendimento às situações identificadas de violação de direitos, buscando construir estratégias de atendimento em rede.

Nesse sentido vale destacar que o Serviço Social brasileiro tem um projeto profissional voltado às demandas da classe trabalhadora, na perspectiva de defesa

dos direitos sociais, da cidadania, da liberdade, da justiça social, contra toda forma de opressão, preconceito e discriminação.

O Código de Ética do Serviço Social é um importante instrumento na atuação profissional, pois é ele que descreve as diretrizes necessárias para a garantia de direitos, assim em seu Art. 13 ele define, como sendo dever do assistente social

denunciar, no exercício da Profissão, às entidades de organização da categoria, às autoridades e aos órgãos competentes, casos de violação da Lei e dos Direitos Humanos, quanto a: corrupção, maus tratos, torturas, ausência de condições mínimas de sobrevivência, discriminação, preconceito, abuso de autoridade individual e institucional, qualquer forma de agressão ou falta de respeito à integridade física, social e mental do/a cidadão/cidadã (CFESS, 1993, p.34).

Desse modo, o trabalho do assistente social em diferentes espaços sócio-ocupacionais tem uma direção social voltada à defesa da proteção integral de crianças e adolescentes, a partir de um compromisso ético-político, fundamentado numa dimensão teórico-metodológica.

Por isso, se faz necessário refletir sobre o que a categoria profissional produz sobre a temática da exploração sexual de crianças e adolescentes, na medida em que as produções teóricas do Serviço Social podem indicar as concepções, como, quanto e o que se vem discutindo acerca da ESCA, o que passaremos a ver a seguir.

2. A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS REVISTAS TEMPORALIS E SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE

Nesse capítulo apresenta-se a produção de duas revistas de referência no âmbito do Serviço Social, a *Temporalis* e a *Serviço Social e Sociedade*. Nessa pesquisa foram analisadas as publicações dos anos de 2016, 2017 e 2018, a partir de um levantamento bibliográfico, identificando a quantidade de artigos publicados acerca do tema exploração sexual de crianças e adolescentes, com a finalidade de desvelar o enfoque central sobre a temática abordada em cada artigo publicado.

A revista *Temporalis* foi criada em 2000 e “se destina à publicação de trabalhos científicos sobre temas atuais e relevantes no âmbito do Serviço Social, áreas afins e suas relações interdisciplinares” (REVISTA TEMPORALIS, s.d.) suas publicações ocorrem semestralmente e são editadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Nos três anos de publicações semestrais pesquisados, sendo 2016, 2017 e 2018, a revista publicou 5 artigos referentes à exploração sexual de crianças e adolescentes, num total de 109 artigos publicados. De pronto isso demonstra que a temática ainda carece de uma ampliação dos debates e reflexões.

O Código de Ética do Serviço Social salienta o seu posicionamento frente à sociedade em seu artigo II: “Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;” (CFESS, 1993, p.23). Assim, uma das formas de sensibilizar e mobilizar os profissionais à compreensão e luta pela garantia de direitos é através de publicações em revistas ou debates em eventos, na medida em que as publicações, como Assunção *et al.* (2013, p.3) afirmou que muitos trabalhos apresentados são uma “análise da relação do pesquisador com a realidade concreta”. Logo, questiona-se o quanto a profissão traz uma posição acerca de um assunto que permeia a sociedade a tantos anos, como descrito por Ferreira (2002):

Relatos de filicídios, de maus-tratos, de negligência, de abandonos, de abusos sexuais, são encontrados na mitologia ocidental, em passagens bíblicas, em rituais de iniciação ou de passagem para a idade adulta, fazendo parte da história cultural da humanidade (FERREIRA, 2002, p. 27)

Nessa mesma linha de raciocínio, Alcoforado (2018) em seu artigo, inclusive publicado na *Temporalis*, trouxe algumas informações que mostram a importância

do Serviço Social para a luta no combate contra a exploração sexual infanto-juvenil, no qual a pesquisadora detalha:

A proteção à criança e ao adolescente, desde a Constituição Federal de 1988, começa a ter mais evidência no cenário nacional, configurando-se nas legislações de políticas setoriais (assistência social, educação, saúde, segurança), na confecção de planos de intervenção e se efetivando a partir da implantação de aparelho de gestão que proporciona o atendimento desta população específica para além do caráter punitivo, desenvolvendo ações preventivas cuja tônica orientadora seja a proteção social. (ALCOFORADO, 2018, p.374)

A autora segue trazendo informações para a compreensão do tema, garantindo que estas sejam compreendidas pelos assistentes sociais, inclusive para os que trabalham diretamente com esta expressão da Questão Social. A pesquisadora define o atendimento à vítima ao explicar sobre a proteção social:

[...] a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 1993), em seus artigos 6ºA e 6ºB, aponta para a garantia da proteção social em seus diferentes graus de atendimento: proteção social básica e a proteção social especial, cabendo a ambas serem ofertadas por uma rede socioassistencial na qual cabe participação do poder público e da iniciativa privada. Para nosso estudo, percebemos que os casos de abuso sexual são abordados no nível de proteção social especial. (ALCOFORADO, 2018, p.375)

Para fazer o levantamento bibliográfico das revistas, no atual contexto epidemiológico⁵, foi preciso o uso exclusivamente da internet, com pesquisas em sites que reproduzem as publicações, e foi nessa situação que se destaca a dificuldade em se ter acesso ao conteúdo da revista de forma online. Mesmo a *Temporalis* sendo editada pela ABEPSS, não é possível encontrar no *site* da entidade as edições semestrais, os dados apresentados nesse trabalho derivam do periódico publicado pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), o qual tem sido o canal de viabilização da revista.

Desse modo, destaca-se que o acesso às pesquisas e aos trabalhos publicados é parte fundamental para garantir reflexões e debates que possam produzir ações e a qualificação da intervenção profissional. Isto porque a busca em apresentar o que os profissionais da categoria vêm discutindo sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes, é justamente evidenciar a necessidade de expor informações, mas atuar sobre tal objeto torna-se no mínimo desafiador quando o acesso a estas pesquisas encontra-se dificultado.

⁵ Esta informação se refere à COVID-19, vírus letal que permeia o território nacional desde 26 de fevereiro, quando foi confirmado o primeiro caso na cidade de São Paulo.

Como se disse anteriormente, nesses três anos de publicações semestrais, a *Temporalis* contabilizou apenas cinco artigos voltados para a exploração sexual, estes, apresentados a seguir, contaram com algumas características de busca, por exemplo, para identificar se o artigo guardava relação com o tema, determinou-se três palavras-chave, a saber: criança, exploração e violência. Desse modo delimitou-se a busca, ao chegar neste número final e assim organizá-los em uma planilha (cf. Apêndice I).

Os artigos trazem a importância de entendermos toda a historicidade deste tema e, a partir disso, determinar as ações a serem tomadas, sejam em atendimentos às vítimas ou em produções de pesquisa. Lang (2016) em seu artigo, publicado em 2016, explica como funciona o sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente:

O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente é uma maneira de materializar a Doutrina da Proteção Integral, assegurada pelo Estatuto. Consiste em dar garantias legais para que toda criança e adolescente tenham direito ao pleno desenvolvimento físico, psicológico e social. (LANG, 2016, p. 7)

No decorrer do artigo, a autora afirma a necessidade de entendermos que este sistema poderia ser descrito também como uma rede, visto que conta com a proteção de direitos composta por instituições governamentais e da sociedade civil (Lang, 2016, P.08). Em 2006 o CONANDA em conjunto com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, assinam a *Resolução* nº 113, de 16 de abril, a qual define em seu 2º artigo que é uma competência do Sistema de Garantia de Direitos:

promover, defender e controlar a efetivação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, coletivos e difusos, em sua integralidade, em favor de todas as crianças e adolescentes, de modo que sejam reconhecidos e respeitados como sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento; colocando-os a salvo de ameaças e violações a quaisquer de seus direitos, além de garantir a apuração e reparação dessas ameaças e violações. (CONANDA, 2006, s/p)

Essa garantia de direitos entra em um dos conceitos da Proteção Social de Assistência Social, que conforme a *Resolução nº 145*, de 15 de outubro de 2004 descrito pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), é definida como um:

Conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação efetiva, biológica e relacional (BRASIL, 2005, p. 16 apud BRASIL, 2004)

Cabe salientar que este sistema não decorreu de uma análise governamental que visava o que era melhor para a sociedade, e sim, como traz Melo e Santana

(2017, P.283) em decorrência “de lutas e embates políticos no campo da assistência social que garantiram condições políticas e institucionais para que esta se apresentasse enquanto um direito de ‘cidadania’”.

Outro ponto importante a se analisar, informações derivadas dos artigos publicados na *Temporalis*, é a interferência que a família pode ter em caso de explorações ou abusos sexuais. Como podemos observar nas entrevistas que as pesquisadoras Braga e Soares (2017) apresentaram em seu artigo:

Olha, o abuso sexual não é somente em famílias pobres, né?! A gente as vezes até tem essa impressão que é, mas a gente tem muitos casos de abuso sexual dentro de famílias de classe média, famílias de nome na sociedade. E o que surpreende é que a maioria acho que a mais de 95% dos abusos sexuais que a gente atende lá no CREAS é intrafamiliar. Ou é irmão, ou é pai, ou é tio, é avô, vizinho, normalmente é de dentro da família. E aí, muitas famílias são coniventes, porque ou são dependentes financeiramente ou tem medo, ou acha que a culpa é da criança ou do adolescente, né?! Muitas são porque não quer que o nome caia, eles querem prezar pela boa imagem pra sociedade não ver que ta acontecendo tudo isso e acabam acobertando, né?! (BRAGA, 2017, p.268 apud Assistente Social, CREAS)

Nesse artigo as autoras Braga e Soares (2017), deram um maior enfoque na questão do “papel” da mulher na família. Assim sendo essa publicação entrou na contagem por conter algumas informações referentes à exploração sexual de crianças e adolescentes, como o fato de as mulheres sempre serem as culpadas pela criação dos filhos, ou serem penalizadas socialmente quando casos de abuso acontecem dentro da própria casa.

Em um contexto de abuso ou exploração sexual, a criança e/ou adolescente serão sempre as vítimas, como previsto no ECA, Capítulo I, Art. 244-A, é crime:

Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no caput do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual: (Incluído pela Lei nº 9.975, de 23.6.2000) Pena – reclusão de quatro a dez anos e multa, além da perda de bens e valores utilizados na prática criminosa em favor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente da unidade da Federação (Estado ou Distrito Federal) em que foi cometido o crime, ressalvado o direito de terceiro de boa-fé. (BRASIL, 1990)

Assim, após a violação e a denúncia do crime, o caso será investigado por “por diversas instituições que possuem funcionalidades próprias e devem atuar de forma integrada e articulada por intervirem no mesmo caso, assim garantindo a sua resolubilidade” (ARAÚJO; MUNIZ, 2018, p.359). Faleiros e Faleiros (2001) nomeia este processo de circuito:

Pois não se trata de apenas um único percurso, mas sim de vários, que perpassam pela revelação, notificação, atendimento, investigação policial, denúncia judicial e julgamento até a sua resolutividade. Toda essa trajetória

é composta por três fluxos: o Fluxo da Defesa de Direitos, o Fluxo da Responsabilização e o Fluxo do Atendimentos. O Fluxo da Defesa de Direitos visa defender e garantir os direitos (FALEIROS; FALEIROS, 2001 apud ARAÚJO; MUNIZ, 2018, p.359).

Nota-se que o Serviço Social não atua sozinho, precisa estar em compasso com outros órgãos jurídicos, e são estas informações que estas publicações buscam trazer, um informativo acerca do processo diante da denúncia de abuso sexual.

Essa pequena quantidade de publicações não é um fato exclusivo da *Temporalis*, ao pesquisar o quantitativo, também do período de 3 anos da revista *Serviço Social e Sociedade*, foi possível encontrar 2 artigos referentes ao ano de 2018. O acesso a estes se deu através do site da *Scielo*⁶, também usando das palavras chaves citadas anteriormente.

Esses artigos não tratam exclusivamente do tema exploração sexual de crianças e adolescentes, o da autora Bruna Cristina Silva Oliveira, aborda a questão da maioridade penal, trazendo como título: “Nenhum passo atrás: algumas reflexões em torno da redução da maioridade penal”. O texto aborda a questão do abuso ao evidenciar que este é um dos crimes sofridos pela população carcerária no Brasil. Já o artigo: “Lutas feministas nos documentos do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS): uma breve análise”, apresenta questões voltadas ao feminismo, como pontua a autora Luciana Ribeiro Paneghini em seu resumo:

os posicionamentos do CFESS sobre temas feministas, emitidos nos últimos dez anos. Por meio da pesquisa de suas resoluções e manifestos, observou-se que o CFESS debate tais questões dentro de uma perspectiva anticapitalista, anti-homofóbica e antirracista, com o fito de construir diretrizes para o exercício profissional, enquanto entidade máxima de representação do Serviço Social. (PENEHINI, 2018, p.252)

Nesse artigo Peneghini apresenta, também, alguns números sobre estes manifestos que englobam a questão da exploração e abuso infanto-juvenil, mas não lidando com o tema de forma mais aprofundada.

Assim, conclui-se que em três anos de publicação, ambas as revistas tiveram um número muito baixo de pesquisas voltadas ao tema em questão. Visto que a exploração existe há tantos anos, tanto no Brasil, como no mundo, é urgente fecharmos essa lacuna na produção teórica. Contudo, vale ressaltar que aqui estamos centrados na produção de apenas duas revistas e a categoria conta com uma ampla gama de revistas, especialmente aquelas vinculadas aos diversos

⁶ Scientific Electronic Library Online (Scielo) - É um site conhecido como uma biblioteca eletrônica, armazenando diversos periódicos tanto nacionais como internacionais.

programas de pós-graduação na área. Porém o fato de observarmos tão baixa quantidade de publicações com essa temática nos leva a questionar o por que a profissão não está produzindo material sobre o assunto.

Durante a pesquisa se tem muitos dados quantitativos sobre os artigos, porém, é importante ressaltar que o Serviço Social não se prende apenas em números, mas faz-se também de escrita qualitativa. E é isto que encontramos nesses artigos citados ao longo desse capítulo. As autoras pesquisadas buscaram apresentar a importância de se conhecer a origem da exploração sexual de crianças e adolescentes, uma vez que toda violência existente começou muito antes daquilo que é datado nos documentos, e que muitas expressões da questão social, toleradas antigamente, ainda se fazem presentes na atualidade, como o racismo, machismo e o abandono da fiscalização governamental diante do não cumprimento das leis.

Alcoforado (2018) apresenta em seu artigo uma análise de como organizava-se a Constituição Federal anterior à de 1988, a qual conduzia o tratamento a crianças e adolescentes em “uma lógica punitiva e coercitiva”. A visão sobre este grupo era de “perigo, cabendo a necessidade de criação de instrumentos de gestão que reproduziam e reforçavam estereótipos que associavam a pobreza e a negritude a elementos de perigo (Alcoforado, 2018, p.374 apud Arrazola, 1997).

No conteúdo publicado nos artigos pesquisados nota-se que a importância dos mesmos se destaca devido à qualidade de suas reflexões críticas acerca da temática. Falar em exploração sexual é compreender que existem personagens nessas histórias, há vítimas, abusadores, além de toda uma equipe multidisciplinar que atua no combate a este tipo de violência. Essa equipe normalmente é formada por assistentes sociais, psicólogos, advogados, pedagogos, entre outros.

É nesse meio que se destaca a importância do investimento nestes profissionais, Alcoforado (2018) diz:

Estar diante de um profissional que atua dentro de uma proposição especializada, no caso, a violência sexual, leva o usuário a construir a ideia de que, a partir das narrativas, na reconstrução de lembranças, de dar voz a algo que estava silenciado, a uma equipe que confere no discurso prático total sigilo e confiança, que os relatos não serão publicizados, leva o usuário a crer na possibilidade de libertação, de saída, de se desarmar de uma situação de violência, na esperança de livrar-se dessa teia invisível. (ALCOFORADO, 2018, p.376).

Além de destacar que

o atendimento psicossocial é de suma importância tanto nos casos de confirmação do abuso sexual para ressignificação da situação de violência, quanto nos de suspeita, visto que promove o empoderamento do sujeito, deixando-o seguro e protegido, viabilizando assim a realização da denúncia. (ARAÚJO; MUNIZ, 2018, p.366).

De acordo com Alcoforado (2018), até 2018 haviam 2.372 unidades do CREAS em todo território nacional, pensando que no Brasil, até o ano em questão, contava com 208.494.900 habitantes (FOLHA DE S. PAULO, 2018), e que em 2019 já somavam 86,8 mil denúncias de violação de direitos contra crianças e adolescentes, assim entende-se que muitas vítimas não estão tendo acesso ao atendimento de proteção social especial, ou mesmo usuários com outras problemáticas.

A precarização profissional é uma questão constantemente presente nos artigos, visto que

As transformações do mundo do trabalho não deixam de fora o assistente social e sua condição também precarizada de atuação, que se expressa nos cortes dos gastos sociais, influenciando diretamente nas políticas públicas, elemento de mediação entre Estado, capital, assistente social e usuários; na precarização dos postos de trabalho e na formação técnica deficitária que levam os assistentes a atuarem precariamente. (ALCOFORADO, 2018, p.377)

E conseqüentemente, os profissionais seguem sendo afetados em suas atuações profissionais, visto que se identificam lacunas no processo de formação, bem como a redução de investimentos em formação permanente pois a

Falta de formação adequada, a dificuldade de investimento por parte deste profissional em garantir complementações formativas, o pouco investimento das unidades de gestão em formação especializada vem colocar o profissional em situação de fragilização, provocando no mesmo um processo de adoecimento. Tais condições têm rebatimento direto quando, na outra ponta do atendimento do assistente social, se encontra a criança e/ou o adolescente vítima de violência sexual. (ALCOFORADO, 2018, p. 377)

Desse modo, o conteúdo desses artigos consegue de alguma maneira suprir em parte a produção de conhecimento necessário para quem atua no combate a este crime.

Ressalta-se que a conjuntura social sempre nos levará a novas conclusões e soluções diante dos problemas, mas quando passamos a entender o momento que surgiu o abuso sexual e todo o seu contexto existente, torna-se um facilitador para a atuação mediante esta realidade.

De forma geral, todos os artigos aqui apresentados, tem em comum a contextualização da exploração sexual de crianças e adolescentes, seguido da

importância de se conhecer o avanço da legislação, assim como os autores buscam criar espaços para o reconhecimento da necessidade de dar visibilidade a esta temática, assim como dando voz às vítimas.

As assistentes sociais que atuam de forma direta e indireta com essa expressão da questão social conseguem compreender através desses artigos, a importância e o movimento do sistema de garantia de direitos sociais. Além de constantemente reconhecerem a importância dos profissionais que, por atuarem com vítimas de um tema tão delicado, também passam pelo processo de adoecimento. Alcoforado (2018) traz estes adoecimentos como uma constante, observando que

No campo específico da violência sexual, nesse estudo, os profissionais entrevistados apontam a falta de apoio institucional ao trabalho específico com as vítimas, no que tange ao suporte emocional, na perspectiva do cuidar do cuidador tem levado ao comprometimento da saúde desses trabalhadores. Até porque, atuar com a dor do outro, na qualidade de testemunho indireto do ato abusivo sexual, não é tarefa fácil para nenhum profissional, requerendo teste um suporte emocional para que tal realidade não imprima um adoecimento físico e/ou mental dos profissionais envolvidos. (ALCOFORADO, 2018, p.379).

Em 2020 a organização *National Center for Missing and Exploited Children* (NCMEC), recebeu cerca de 21,7 milhões de denúncias de compartilhamento de fotos e vídeos de crianças e adolescentes em situação de exploração ou abuso sexual. Isto indica que houve um aumento de 28% referente ao ano de 2019 (ISTO É, 2021).

No dia 18 de maio de 2020, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) participou de uma coletiva online, na qual divulgou o número de denúncias recebidas através do Disque 100, sendo que “dos 159 mil registros feitos pelo Disque Direitos Humanos ao longo de 2019, 86,8 mil são de violações de direitos de crianças ou adolescentes, um aumento de quase 14% em relação a 2018” (Governo Federal, 2020). Na ocasião, a ministra dos Direitos Humanos disse: “A produção de dados é a contribuição que este Ministério dá para toda a sociedade trabalhar o tema. Cada informação nos diz muito sobre a lógica de como a violência acontece”.

Uma das medidas que o atual governo propôs foi criar a Campanha Nacional Maio Laranja, tendo o intuito de “tirar o tema da invisibilidade, informando, sensibilizando, mobilizando e convocando toda a sociedade a participar da causa

em defesa dos direitos de crianças e adolescentes", afirma o secretário da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Salieta-se que em nenhum momento o governo citou a necessidade das políticas sociais, focou na criação de campanhas, assim desconsiderando a importância de atendimentos sociais qualificados, com equipes multiprofissionais onde se insere o Assistente Social.

Assim, conclui-se, que constantemente os profissionais de Serviço Social precisam estar afirmando o seu papel e o projeto profissional que defendem, cujos valores estão diretamente vinculados à defesa dos direitos humanos, da justiça social, da liberdade, da democracia e do combate a toda forma de preconceito e discriminação. Fundamental destacar a importância da intervenção profissional nas tantas expressões da questão social. E entende-se que a publicação de artigos e pesquisas sobre o tema, com certeza é uma forma de verbalizar e tornar ainda mais visível um crime que acontece de forma silenciosa e precisa ser aprofundado o seu debate e reflexão para que a categoria se aproprie com qualidade e desenvolva um trabalho assertivo e consciente no atendimento dessa demanda.

A seguir serão apresentadas as publicações de artigos do ENPESS, dando seguimento nessa reflexão, conforme se viu no capítulo anterior, buscou-se apresentar dados quantitativos, qualitativos, e as discussões no período de três anos do evento selecionado para a pesquisa.

3. A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES DE SERVIÇO SOCIAL

Este capítulo analisa os artigos publicados no Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Um evento promovido pela ABEPSS, sendo realizado a cada dois anos (ABEPSS, s/d), o qual tem como objetivo, conforme descrição no site da instituição, contribuir

Para a formação continuada, para a produção científica e técnica da área, para a socialização das pesquisas, das experiências profissionais, para o fortalecimento da categoria e, entre outros, para o adensamento da produção do conhecimento na área do Serviço Social e posicionamentos políticos. (ABEPSS, 2016).

Na presente pesquisa concentrou-se sobre as edições de 2016 e 2018, assim, se fez um levantamento de todos os artigos apresentados nesse período. Entretanto, uma primeira dificuldade encontrada foi localizar os anais dos eventos, uma vez que, infelizmente, os documentos dos anos anteriores a 2018 não ficam disponíveis para o acesso de todos no site da ABEPSS, contendo apenas os anais de 2014. Destaca-se aqui a importância de tornar a informação acessível a todos os assistentes sociais, inclusive aqueles que não puderam participar do evento.

Desse modo, se fez necessário recorrer a outros meios de acesso para o ano de 2016: o levantamento bibliográfico foi feito através do repositório da professora e também orientadora Fabiana Negri, que possui um CD com todos os artigos apresentados no evento. Este material conta com 1.031 arquivos em PDF, e foi necessário abrir arquivo por arquivo para analisar se o artigo publicado tratava da temática da exploração sexual de crianças e adolescentes. Já no ano de 2018, os dados foram recolhidos através do site da UFES, que possui todos os anais deste período, separando-os por suas mesas coordenadas. Contabilizando esses dois anos de evento, se chegou ao número de 45 artigos voltados para o tema exploração sexual de crianças e adolescentes.

Com base no que foi referenciado no capítulo anterior, não se pode basear a crítica apenas em números, também é preciso analisar o conteúdo dessas pesquisas, observar se o que está sendo exposto consegue explicar a temática e produzir conhecimentos que possam nortear as estratégias de ações dos profissionais.

Em 2016 o ENPESS ocorreu na cidade de Ribeirão Preto/SP, trazendo o seguinte tema: "20 anos de diretrizes curriculares, 70 de ABEPSS e 80 de Serviço Social no Brasil. Formação e Trabalho profissional – reafirmando as diretrizes curriculares da ABEPSS". A comissão organizadora descreveu que este encontro discutiria:

o conjunto de determinações que perpassam o processo de formação profissional frente ao processo de mercantilização do ensino superior brasileiro e os desafios para a reafirmação dos princípios e valores do Projeto Ético Político Profissional. A partir das Diretrizes curriculares de 1996, do Código de Ética e da Lei de Regulamentação da Profissão será discutido o protagonismo da organização da categoria que construiu um legado crítico para a formação, a pesquisa e para o trabalho profissional, com ênfase para os 70 anos da ABEPSS e 80 do Serviço Social brasileiro. (ABEPSS, 2016).

O Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social, segundo Silva (2015, p.05), “está vinculado ao projeto societário de transformação da ordem social vigente capitalista”, exigindo “um direcionamento ético e político dos profissionais para uma intervenção profissional, pois, a atuação ocorre em meio ao movimento contraditório de classes” (SILVA,2016, p. 6 apud TEIXEIRA; BRAZ, 2009). Assim, o projeto ético político passa a ser um compromisso com a classe trabalhadora.

Nesse contexto, é importante analisar a historicidade das diversas expressões da questão social, sendo aqui voltada especificamente para a exploração sexual de crianças e adolescentes. A exploração sexual é uma variante do sistema capitalista, o qual:

Faz-se necessário sinalizar que a conjuntura atual se encontra permeada de contradições, tendo em vista, a mercantilização das relações sociais, a coisificação dos sujeitos, os interesses do capital submetendo cada vez mais a classe trabalhadora às crises financeiras. (ROCHA, p. 8, 2016).

E Rocha (2016) reafirma:

Discutir a violência doméstica sem refletir sobre a questão no sentido amplo e estrutural é um equívoco, uma vez que essa cultura tende a transformar diferentes em desiguais, reproduzindo a desigualdade e ideologia hierárquica nas relações entre os seres humanos. (ROCHA, p. 6, 2016).

E destacando a desigualdade, Carneiro et al., explica:

O trabalho infantil possui raízes sócio-estruturais, desencadeado por diversas determinações. É uma violação de direitos que tem raízes na exclusão social, pobreza, miséria, desigualdades sociais, condições quase ou inexistentes de dignidade. Uma sociedade excludente que faz com que as famílias pobres usem os corpos de suas crianças e adolescentes para complementação de renda e suprimento de ausências no atendimento de suas necessidades. Um processo legitimado por mitos construídos socialmente de que trabalho infantil é solução para a pobreza, para vadiagem, para marginalidade, que é melhor trabalhar do que roubar ou mendigar. Ademais se acresce a estes elementos a valoração do trabalho

como algo que dignifica o ser humano e que forma caráter. (CARNEIRO et al., 2018, p.3).

A violência intrafamiliar, situada dentro da violência doméstica, foi um tema que esteve em constante destaque nos artigos publicados nesse evento. Muitas pesquisadoras trouxeram a violência sexual intrafamiliar como uma constante, ou seja, um tipo de abuso que se vê com muita frequência nos atendimentos sociais. Esse tipo de violência, como descreve Rondon (2016, p.02), está remetido a um “duplo complexo: violência intrafamiliar e o incesto”, ao que explica:

Sobre este componente, as famílias são levadas a calar como um segredo de família. A categoria incesto vai de encontro a todo o ideário de família, visto que foi socialmente construído para o interdito e o limite dos corpos para a construção de uma família “regular” ou “estruturada”. (ROCHA, 2016, p.02).

Nessa perspectiva, Oliveira e Rosário (2016), destacam que:

O autoritarismo e o machismo são os fundamentos dessa violência, mas há complexidade no silêncio entre mãe, o pai/padrasto, os irmãos, enteados e os vitimizados. A revelação é o momento chave para superação do abuso, para reverter esse tipo de violência sorrateira, em segredo e ameaçadora. A violência sexual intrafamiliar é um fenômeno intrigante, cujo alcance se estende ao coletivo, uma vez que atinge, não apenas diretamente a vítima, mas toda a família, bem com a sociedade. (OLIVEIRA; ROSÁRIO, 2016, p.09 apud FALEIROS, 1998, p.115).

Para o combate dessa violência é fundamental a atuação das redes, as quais trabalham na garantia das leis de proteção social. As redes de atenção e proteção são as junções de várias instituições, sejam elas governamental ou não governamental (BRITO; CRUZ, 2016, p.04).

Segundo Martinho,

A razão de existir da rede é o conjunto de propósitos comuns a todos os participantes- e, em geral, esse conjunto de propósitos incorpora também um conjunto de valores comuns. Participar de uma rede implica, portanto, compartilhar os mesmos propósitos e os mesmos valores comungados pelos demais integrantes da rede. O surgimento das redes ocorre quando um propósito comum consegue aglutinar diferentes atores e convocá-los para a ação. O elemento de coesão das redes é uma ideia, força, uma tarefa, um objetivo. Algo que parece frágil como princípio organizacional, mas quando potencializado pela ação voluntária se constitui num poderoso agente de transformação. (MARTINHO, 2003, p. 49-50).

Assim, descrever os atores da rede implica em dar lugar de destaque ao Serviço Social, o qual, por não ser o único responsável pelo combate à violência, traz à tona a necessidade da discussão, visto que luta diariamente pela garantia de direitos, a evidenciação e o combate das expressões da Questão Social, além de ser também um mediador nas discussões das relações sociais. O CFESS/ABEPSS (2009) afirma que

O assistente social é um dos mediadores do Estado na intervenção dos conflitos que ocorrem no espaço privado, particularmente nos âmbitos doméstico e familiar, atuando prioritariamente nas Varas da Infância, Juventude e Família, nas dramáticas manifestações da questão social, expressas pela violência contra a mulher, a infância e a juventude, as situações de abandono e negligência familiar, o abuso sexual, a prostituição, a criminalidade infanto-juvenil. (CFESS/ABEPSS, 2009, p. 454).

Em seu Código de Ética, o Serviço Social possui diretrizes sobre o exercício do profissional, seus direitos e deveres. Um dos princípios fundamentais da profissão é a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo; outro, igualmente importante, trata do posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure a universalidade de acesso aos bens e serviços.

Pautando-se nos tópicos sobre os direitos, temos o Capítulo V, que trata a questão do sigilo profissional. Nele encontra-se o seguinte:

Art. 15 Constitui direito do/a assistente social manter o sigilo profissional.

Art. 16 O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional. (CFESS, 1993, p. 36).

Logo, no que se refere ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual, todos os atendimentos devem ser feitos em um local adequado, em que a vítima possa relatar a violência unicamente para a/o assistente social, sem que a conversa seja ouvida em outras salas. É o que a/o assistente social do Hospital São Paulo relatou no artigo de Rocha (2016):

Como eu falei, nós aqui fazemos valer os direitos do usuário(...)nós estamos aqui para valer os direitos deles, para atendê-los, ouvi-los, acolhê-los, né? (...) Pelo menos você enquanto profissional está ali para atendê-lo, tá? Se vai ser feito assim, assado, mas dentro dos direitos, todo atendimento a nível que é de uma violência, é principalmente o sigilo, que eu acho que é o carro chefe fundamental, a gente faz valer os direitos dos nossos usuários, pelo amor de Deus, né? Se você não fizer pelo menos isso, o sigilo que é a coisa mais importante, as dificuldades todo mundo tem. (ROCHA, 2016, p. 7 apud Assistente Social, Hospital São Paulo).

A infraestrutura é uma questão que influencia durante os atendimentos, pois segundo Chagas et al. (2010):

A falta de condição de infraestrutura nos espaços institucionais faz com que não haja como garantir a privacidade dos usuários naquilo que for revelado durante a intervenção profissional e que o assistente social não tenha assegurado as condições para manter o sigilo profissional. Isto se agrava em situações em que usuários tiveram seus direitos violados e buscam o Serviço Social na perspectiva de recompor esses direitos. Por exemplo, quando crianças e adolescentes foram vítimas de abuso e/ou exploração sexual, a falta de condições de trabalho, notadamente a ausência de espaço com recursos para garantir o sigilo profissional, gera uma situação

em que em vez de proteção institucional, usuários são submetidos à exposição, vivenciando outra violação de direito no momento do atendimento (CHAGAS et al., 2018, p.13 apud SANTOS, 2010, p. 701).

Se o sigilo é um objeto mínimo da garantia de direitos dos usuários, então não deveria constar na pauta das instituições a possibilidade de oferecer ou não um espaço destinado aos atendimentos, sendo obrigação assegurar infraestrutura adequada para o profissional e o usuário. Porém, quando assistentes sociais precisam reafirmar e lutar pela existência e garantia desse espaço, vê-se que a realidade se encontra aquém do esperado. É o que diz a assistente social do Hospital São Paulo:

Óbvio que temos os entraves institucionais(...), mas a gente tem que brigar por esses espaços, porque se a gente não briga, fica parecendo que está tudo ok, né? Se eu não brigo por uma sala maior com mais sigilo, se eu não brigo com a equipe médica toda vez que ele não concretiza o trabalho dela como um todo, eu estou permitindo que as coisas fiquem como elas estão e que pareça que está tudo bem, né? Agora se quando um médico vem me trazer um caso(...) ele me diz: - (...)eu acho que é abuso! Você tem que dizer: - Não, você não acha não, uma coisa é suspeita, outra coisa você achar. Porque você está achando? (...) me escreve, eu quero que você me diga o que está acontecendo, a gente vai trabalhar junto essa questão. Eu vou atender a família, a criança, mas a parte clínica você tem que fazer, né? (...) as possibilidades estão em nossas mãos, cada vez que eu tenho uma reunião com a Diretoria e digo: - Olha minha sala não está bacana! Uma hora isso vai mudar, as pessoas cansam de gente que fica no pé dizendo: - Não tá bacana, não tá bom! (ROCHA, 2016, p.07 apud Assistente Social, Hospital São Paulo).

De outra parte, falar sobre sexualidade não deveria ser mais um tabu nas famílias, principalmente na atual conjuntura, onde a informação chega por diversas plataformas de mídia e, como consequência, acaba trazendo informações distorcidas, tratando o sexo como algo sigiloso ou fetichizando as relações sexuais. Com isso crianças e adolescentes passam a esconder suas dúvidas, ou até mesmo os abusos sofridos, pois se cria a falsa ideia do silêncio, o que futuramente causará graves problemas psicológicos ao indivíduo e suas relações sociais (ROSÁRIA; OLIVEIRA, 2016, p. 2). As autoras complementam: “A sexualidade está presente na vida de todos nós, desde que nascemos até o momento de nossa morte, por isso, a educação sexual deve acontecer constantemente” (ROSÁRIA; OLIVEIRA, 2016, p. 3).

Ainda sobre manter a sexualidade como algo reservado, Rosária e Oliveira (2016) trazem em seu artigo uma afirmação indiscutível ao descrever que

A sexualidade forma parte integrante da personalidade de cada um. É uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado dos outros aspectos da vida. Sexualidade não é sinônimo de coito

e não se limita a presença de orgasmo. Sexualidade é muito mais do que isso, é a energia que motiva a encontrar o amor, o contato e a intimidade e se expressa na forma de sentir, na forma de as pessoas tocarem e serem tocadas. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos e interações e tanto a saúde física como a mental é um direito humano fundamental, a saúde sexual também deveria ser considerada como um direito humano. (ROSÁRIA; OLIVEIRA, 2016, p. 3 apud EGYPTO, 2003, p. 15).

Algumas pesquisas apresentadas no ENPESS de 2016 foram produzidas a partir de relatos de assistentes sociais que atuam diretamente com a violência sexual, em suas diversas faces, o que torna esta produção teórica ainda mais importante, pois materializa as ações e os conhecimentos que estas/estes profissionais possuem sobre essa temática, fazendo a articulação e mediação entre teoria e prática. Como cita uma das entrevistadas sobre o abuso sexual intrafamiliar:

(...) eu acho que diante da carga teórica que a gente tem, tem muita possibilidade de mediar e modificar essa situação, né? (...) você pode desenvolver um grupo com as crianças, explicar para elas algumas situações, né? (...) A gente precisa de uma ótima rede para conseguir dá seguimento naquilo que a gente começou porque aqui é só o start de uma situação de violência. Detectou, descobriu e vai precisar de um acompanhamento, de todo um trabalho com a família e que nem sempre a gente vai conseguir dá conta, né? (ROCHA, 2016, p. 7 apud Assistente Social, Hospital São Paulo).

Reafirmando este relato, Rocha (2016) sintetiza:

É possível construir intervenções pautadas na ação reflexiva, crítica, alicerçada nos conhecimentos teóricos - metodológicos do Serviço Social, e, portanto, devendo ser uma atividade planejada sempre fazendo relação teoria e prática. (ROCHA, 2016, p. 7 apud OLIVEIRA, 2004, p. 19).

Em 2018 o ENPESS ocorreu no Espírito Santo (ES), apresentando o seguinte tema: “Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e Serviço Social” (ABEPSS, 2018). Nesse se contabilizou uma média de 1000 publicações, destas, 19 foram voltadas unicamente para o tema da exploração sexual de crianças e adolescentes. Os artigos trouxeram abordagens parecidas com o evento anterior, como a escrita inicial que discorre sobre contextualização histórica, seguindo para uma área específica do assunto. Destaca-se que alguns autores basearam a pesquisa no âmbito da violência familiar e, mesmo analisando um mesmo aspecto, conseguiram apresentar informações diferenciadas. Por exemplo, a autora Caio (2018) pontuou as consequências que este tipo de violência causa na vítima; Oliveira (2018), por sua vez, trouxe levantamentos quantitativos sobre o perfil das crianças e adolescentes que são atendidas pelo CREAS, além de explicar o conceito de família e sua relação com os abusos.

E pautando sua pesquisa para além das crianças e adolescentes, temos o artigo: “Mães Abusadas, Filhas Abusadas: desvelando o abuso sexual e sua repetição através de gerações”, de Paulina (2018), no qual retrata a repetição do abuso sendo passado de mãe para filha, e que em sua maioria ocorreram de um ato incestuoso, o qual ela explica:

Nas famílias em que ocorre o abuso sexual incestuoso, há uma confusão entre seus membros e ninguém sabe, ao certo, qual é o seu real lugar no núcleo familiar: o pai deita-se com a filha, no lugar de deitar-se com a mãe; os irmãos mantêm o segredo familiar, favorecendo a manutenção do incesto; a filha acaba assumindo, muitas vezes, o papel de amante do pai e mãe dos irmãos; a mãe deixa de ser mãe e passa a ser a outra mulher do pai. Desta forma, a filha perde a proteção, tanto materna, quanto paterna. (PAULINA, 2018, p. 11).

Este relato também expõe os traumas que esta vítima carregara consigo por incontáveis anos e que, caso não tenha o acompanhamento da equipe multidisciplinar, não terá fim; tanto que:

Esta confusão familiar ultrapassa muitas vezes as fronteiras geracionais, tornando-se uma triste e amarga herança, pela qual uma pessoa revive suas dores por meio da cena que se repete. Este é o caso das mulheres que sofreram abuso sexual intrafamiliar ou incestuoso na infância e que constituem uma “nova” família, porém “fadada” ao velho e conhecido incesto. (PAULINA, 2018, p.12).

Assim, mesmo que alguns artigos dissertem sobre uma temática parecida, não se limitaram a uma única abordagem, sendo capaz de apresentarem novas informações, conceitos e ações, as quais beneficiam o público-alvo, assistentes sociais.

Ademais, nota-se um grande número de publicações voltadas para as regiões de origem das autoras, as quais trazem o contexto profissional que vivenciam. Porém, torna-se patente em sua escrita a busca por embasar o trabalho nas diretrizes da profissão, pois não se romantiza o núcleo familiar e se pontua, a todo momento, que os traumas existentes decorrem de um contexto vivenciado a períodos que vão além da compreensão da vítima, conceitos estes explicáveis pela historicidade da sociedade.

Ao citar que a historicidade da sociedade capitalista explica esta expressão da questão social, chama-se atenção, por exemplo, para o fato de que o termo prostituição infanto-juvenil é errôneo, por se referir às facetas dos abusos sexuais. Essa informação se torna de extrema importância para o profissional da categoria, ainda mais quando se vê que “prostituição, ou prostituição infanto-juvenil, dentre outras, perduram no ideário popular e até mesmo técnico até a atualidade”

(PEREIRA, 2018, p. 1). Assim, apresenta-se outro artigo que acrescenta informações no debate sobre o tema; a autora Pereira (2018, p. 2), em sua apresentação no ENPESS 2018, relaciona elementos sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes que são postas por outros países. A forma como são tratadas estas violências, até mesmo na nomenclatura que “a partir de alguns congressos e eventos mundiais convencionou-se o uso do termo ESCA”.

No decorrer da pesquisa desvela-se o debate voltado para a perspectiva da vítima, porém é indispensável, mesmo que de forma breve, analisar o abusador, e é isto que Mendes (2018) reflete em seu texto:

O materialismo histórico dialético não compartilha de análises em que o autor de violência sexual é dotado de uma inumanidade, que por vezes é individualizada e reduzida a um sujeito deslocado de uma sociabilidade. Sendo exatamente essa ideia que dificulta construir, sob uma perspectiva crítica, formas de intervir e erradicar tal problemática. A academia e a sociedade produziram e têm produzido diferentes análises que objetivam a compreensão da questão da violência sexual colocando em diferentes “caixas” o autor da violência, o que acabam por desconsiderar sua estrutura fundante, ou seja, os processos ontológicos do próprio ser social (MENDES, 2018, p. 4).

E para Mendes (2018) identificar a violência sexual se tornou ainda mais difícil, devido ao

Invólucro de valores e costumes que ainda permeiam a questão. As mulheres e crianças foram silenciadas de tal forma que as violências vivenciadas por elas continuam acontecendo sem que haja nenhum constrangimento por parte dos seus autores, o que nos revela sua natureza social, política e histórica. Exemplo disso é como o tão conhecido “psiu” mostra a forma objetificada que é dada ao corpo da mulher, ou ainda, quando uma violência sexual é praticada com uma menina é comum ouvir comentários das roupas usadas por ela, ou o fato dela ter incitado o desejo masculino pelo seu corpo desenvolvido (MENDES, 2018, p. 7).

Alguns autores e profissionais de atuação direta com esta violência sexual, passaram a compreender que atender unicamente as vítimas não iria acabar com esta violação, visto que, por vezes, este é um ciclo que se repete por gerações. Desse modo se viu como estratégia o atendimento aos autores dos abusos, sendo a escuta qualificada uma estratégia adotada. Mendes (2018), aponta em seu artigo um tópico importante sobre as escutas em que participou:

Na escuta realizada com autores de violência, eram comuns os relatos de mães que sabiam da relação sexual entre as crianças e o pai ou padrasto, mas que não compreendiam isto como uma questão violenta, justificando quase sempre ter vivenciado as mesmas situações na sua infância, mas foi ensinada a não falar. Também eram recorrentes as falas de pais e padrastos autores de violência sexual que não compreendiam a ação praticada como violenta, por tê-la vivenciado inclusive como formas e construções de afetos (MENDES, 2018, p.11).

Falar sobre a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes é como entrar num túnel que não se enxerga a saída, pois a exploração sexual é um assunto amplo, que envolve várias temáticas e gera diversos debates institucionais, governamentais e sociais. Arriscamos dizer que a violência sexual de crianças e adolescentes é uma das mais antigas e difíceis de se combater. Para combatê-la é preciso entrar numa luta contra o machismo, o patriarcado, o racismo, a homofobia e a desigualdade social, sendo estes elementos que constituem a sociedade na qual vivemos, os quais expressam várias formas de violência.

O estudo dos artigos aponta para uma análise crítica na abordagem do tema, pois observou-se na pesquisa realizada que houve uma intensa e aprofundada investigação e estudo prévio sobre o assunto. Os artigos pesquisados sempre buscam embasar seus argumentos em referenciais teóricos de autores que estudam a temática há algum tempo, além de apresentarem situações sociais do cotidiano.

Destaca-se que é essencial ao Serviço Social a reflexão crítica e a construção do conhecimento cujo objetivo será subsidiar a intervenção e a própria reflexão e discussão no interior da categoria profissional. Visto que a intervenção do assistente social não pode prescindir de uma síntese crítica, que discorra sobre os fatos sociais e as consequências do sistema vigente. É fundamental que os profissionais compreendam as expressões da questão social, as quais em grande medida situam-se no campo da contradição, onde se insere a própria profissão. Assim, as/os autoras/es pesquisadas/os também, por vezes, atuantes na linha de frente com as vítimas, apresentaram embasamentos coerentes e seguindo uma linha teórico-metodológica e ético-política pautada numa elaboração crítico dialética.

Na análise dos artigos dos eventos do ENPESS sentiu-se a necessidade de contarmos com trabalhos que privilegiassem uma abordagem desenvolvida a partir das necessidades das vítimas, pois mesmo que estes tragam as consequências da violação em todo o âmbito de vida das vítimas, é importante colocá-las em seu local de fala, não de forma sensacionalista, mas como um outro meio de se romper com o silenciamento.

São muitas as vertentes existentes nos artigos, alguns conseguiram conciliar as políticas públicas no debate, potencializando a importância, por exemplo, dos CREAS, o qual colaborou com alguns dados apresentados pelas autoras; porém não se voltaram exclusivamente para esta problemática, uma vez que, em sua maioria,

os artigos pesquisados contemplam mais a discussão acerca da historicidade, conceitos e consequências dos abusos e violências sexuais.

Contudo, a cada parágrafo lido, a cada artigo publicado torna-se perceptível o quanto a pesquisa enriquece o Serviço Social, tornando esses eventos uma base de conhecimento para além da grade curricular da graduação ou da pós-graduação. A socialização do conhecimento por meio das produções teóricas da categoria é rica de informações e discussões que subsidia teórica e metodologicamente o profissional da categoria, incidindo na direção social do Serviço Social. Aos que trabalham com o materialismo das crises sociais as informações e mudanças de cenários são sempre constantes, na medida em que a realidade social sempre está em movimento, assim sendo obrigatório para o profissional buscar sua atualização sobre determinados assuntos. Assim, o ENPESS é uma fonte concreta e qualificada de dados, conhecimentos e fundamentos teóricos à prática profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exploração sexual de crianças e adolescentes possui inúmeras informações nas esferas sociais e governamentais. Descrivê-la em três capítulos não é suficiente. Neste trabalho o olhar foi voltado para a produção teórica do serviço social, mas as áreas de discussão sobre este assunto são incontáveis. Por exemplo, é preciso uma pauta única só para questionar os impactos desta violência no psicológico das vítimas, ou até mesmo um artigo voltado só para explicar como pessoas do convívio familiar se tornam abusadores de vulneráveis. Além da necessidade de não romantizar a família quando se fala de abuso, uma vez que diversos relatos mostram que o crime acontece atrás das cortinas, a portas fechadas, dentro da própria casa.

Durante a pesquisa, uma das prioridades foi descrever a historicidade dos abusos, classificar uma ordem cronológica dos fatos e apresentar o quanto a militância favoreceu a criação da legislação. Para entendermos e atuarmos diante de uma expressão da questão social, se faz necessário conhecer todo o seu cenário, e a partir disso se encaminhar para as ações de combate. Compreender a origem dos abusos é sintetizar os tipos de violência existentes, por vezes as informações da mídia não dão conta de explicar e cometem a falha de reduzir todos eles à pedofilia, e com isso passam a alienar e limitar a informação para a sociedade. Todos os dados relatados neste trabalho, foram baseados em diversos artigos e autores, que no mesmo tema trouxeram outras problematizações. Esta é a importância de popularizar estes artigos para além dos profissionais, pois como o próprio ECA defende, a violação dos direitos da criança e do adolescente é um problema de esfera nacional.

Outro marco a ser citado, é a relevância do Serviço Social na extinção da exploração e violência sexual, pois este profissional possui as competências necessárias para as análises, elaborações e execução dos planos de erradicação. E isto fica nítido nas publicações em revistas e evento, as autoras se valeram de conceituar a importância da teoria com a prática, trazendo relatos de profissionais que já atuam com as vítimas dessa violência há algum tempo. Claro que sozinho a/o assistente social não faz a mudança, é preciso agrupamento da equipe multidisciplinar, que traz as diretrizes e conhecimentos de cada profissão unidas contra um denominador comum.

Ao contabilizar os artigos, os dados quantitativos deixam a desejar, pois evidenciam uma baixa produção sobre este tema, porém é importante ressaltar que o Serviço Social não se limita apenas aos números, insistindo na importância das escritas qualitativas. Talvez, o problema recorrente levantado nesta pesquisa sobre as publicações, seja o difícil acesso à informação. Aquela/e profissional que por algum motivo particular, não tenha conseguido participar do evento, mas se obriga a ler os trabalhos apresentados nele, não conseguiria, pois, mesmo estando em uma era extremamente tecnológica, a informação não se encontra disponível nos sites oficiais. Assim, esta pesquisa chega a ser até uma contradição ao questionar a importância dos profissionais em buscar a informação quando o mesmo não é acessível à classe.

Em toda a amplitude sobre o tema, esta pesquisa conseguiu alcançar seus objetivos específicos e geral. Apresentou um entendimento acerca da contribuição das divulgações da informação para as assistentes sociais, no período de 2016 a 2018, instruiu-se sobre a conceitualização e apresentou as mudanças na abordagem do tema, através do evento e revistas. Da mesma forma, categorizou a importância de não se restringir a uma única fonte ao descrever informações advindas de diversas autoras.

Contudo, para além desses objetivos, esta pesquisa transpôs o quanto o combate a este crime se torna uma utopia ao destacar os números cada vez mais crescentes de denúncias de violências sexuais contra crianças e adolescentes. Talvez se levante um aspecto positivo ao pensar que a vítima em silêncio está ganhando voz, o abuso não está mais em segredo, e a vítima passa a conhecer seus direitos legais e sociais. No entanto, estes números também podem gerar um desânimo ao perceber que, mesmo com tantas leis, com a condição de crime, os abusos continuam a acontecer e os profissionais passam a não dar conta de tantos atendimentos, em decorrência dos cortes de verba, da estrutura precária do local de trabalho e, até mesmo, do adoecimento, visto que por trás de um assistente social, pedagogo ou psicólogo, existe um ser humano, que carrega em si a dor do outro, e por diversos motivos não consegue salvá-lo. Assim, mesmo com todo o histórico de luta da profissão do serviço social, a militância não pode parar, há muito a ser feito, e cada vez que colocamos esse assunto em debate, estamos expondo dados que obrigam posicionamentos governamentais, reformulação da formação profissional, proteção às vítimas, que reconhecem sua voz e seus direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. Apresentação ENPESS: **"20 anos de diretrizes curriculares, 70 de ABEPSS e 80 de Serviço Social no Brasil. Formação e Trabalho profissional - reafirmando as diretrizes curriculares da ABEPSS"**. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/enpess/apresentacao-enpess-27>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

AGÊNCIA BRASIL. **Mais de 70% da violência sexual contra crianças ocorre dentro de casa**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-05/mais-de-70-da-violencia-sexual-contra-criancas-ocorre-dentro-de>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

ALCOFORADO, Elizabeth da Silva. Abuso Sexual: Formação Profissional, Condições de Enfrentamento da Proteção Social e o Adoecimento do Profissional que atua no Atendimento às Vítimas. **Temporalis**, v. 18, p. 372-381, 2018.

ARAÚJO, F. C.; MUNIZ, E. M. A. Serra do Silêncio: Violência Sexual em Maranguape (CE). **Temporalis**, v. 18, p. 355-371, 2018.

BRAGA, C. S. C.; SOARES, M. F. Família e Violações de Direitos Sociais no Sudeste do Pará. **Temporalis**, v. 17, p. 253-272, 2017.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10619333/artigo-5-da-lei-n-8069-de-13-de-julho-de-1990>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. Brasília (DF), 2004. BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2021.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009**. Brasília DF: MDF, 2009. Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf Acessado em: 12/abr/2021

BREMM, A.; BIDARRA, Z. S. Um fenômeno complexo: a violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Toledo/PR. In: **II Fórum de Pesquisa em Política Social, Gestão, Processo de Trabalho. Semana de Serviço Social 2008**. Política Social e Processo de Trabalho no período 2000-2010, Londrina, 2008.

BRITO, Inácia Batista; CRUZ, Maria Helena Santana. A Rede de Proteção Social e o Enfrentamento à Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes. In: **XV ENPESS – Formação e Trabalho Profissional: Reafirmando as Diretrizes Curriculares da ABEPSS**, 2016.

CAIO, Vânia Maria. A Violência Contra a Criança e o Adolescente no Contexto Familiar e Social. In: **XVI ENPESS – Em Tempos de Radicalização do Capital, Lutas, Resistência e Serviço Social**. Universidade Federal do Espírito Santo – Vitória, 2018.

CARNEIRO, Alana Anselmo *et al.* A Invisibilidade do Trabalho Infantil Doméstico no Redesenho Atual do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). In: **XVI ENPESS – Em Tempos de Radicalização do Capital, Lutas, Resistência e Serviço Social**. Universidade Federal do Espírito Santo – Vitória, 2018.

CFESS, **CFESS Manifesta: Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças**. Brasília: CFESS, Set. 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2012_lutacontratraficohumano.pdf Acessado em 01 dez. 2020.

CFESS, **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social**. Conselho Federal de Serviço Social, Brasília, março de 1993.

CFESS. ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS, 2009.

CHAGAS, Bárbara da Rocha Figueiredo *et al.* **Trabalho, Precarização e Serviço Social: Uma Análise do Debate da Categoria Profissional na Revista Serviço Social e Sociedade**. In: **XVI ENPESS – Em Tempos de Radicalização do Capital, Lutas, Resistência e Serviço Social**. Universidade Federal do Espírito Santo – Vitória, 2018.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Resolução n.113**, de 19 de abril de 2006. Dispõe sobre o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília-DF, 13 abr. 2006. Disponível em: <www.mprs.mp.br> Acesso em: 03 mar. 2021.

CORTEZ, Paulo S. **O Grito dos Inocentes: os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

FOLHA DE S. PAULO. **Cada vez mais velha, população brasileira chega a 208 milhões**. Disponível em:< <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/07/com-populacao-cada-vez-mais-velha-brasil-atinge-208-milhoes-de-pessoas.shtml>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

FRANCISCHINI, Rosângela. **Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: um ensaio conceitual**. São Paulo: Ribeirão Preto, 2010.

GOVERNO DO BRASIL. **Acessar CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social**. 18 de dez. de 2019. Disponível em: < <https://www.gov.br/pt->

br/servicos/acessar-creas-centro-de-referencia-especializado-em-assistencia-social
>. Acesso em: 02 jan. 2020.

ISTO É. **Denúncia de casos de exploração sexual infantil cresceu 28% em 2020.** Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/denuncia-de-casos-de-exploracao-sexual-infantil-cresceu-28-em-2020/>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

LANG, Aline Elisa Maretto. Articulação entre atores do sistema de garantia de direitos. **Temporalis**, v. 16, p. 331-351, 2017.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. **A Exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe** (Relatório Final – Brasil). Brasília: CECRIA, IIN, Ministério da Justiça, UNICEF, CESE, 1999.

LOWENKRON, Laura. 2010. Abuso sexual infantil, exploração sexual de crianças, pedofilia: diferentes nomes, diferentes problemas? Sexualidade, Saúde e Sociedade — **Revista Latino-Americana**, (5):9-29. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/394/726>>. Acesso em: 20/11/2020.

MARTINHO, Cássio. **Redes: Uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto organização**. Brasília, 2003.

MELLO, Leonardo Cavalcante de Araújo. Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes: o estado da arte nas produções acadêmicas em psicologia. 229 f. **Dissertação (Mestrado em Psicologia)** – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Natal, 2010.

MELO, E. C. A. C.; SANTANA, N. G. Crianças e adolescentes: o Sistema de Proteção Social em Pernambuco. **Temporalis**, v. 17, p. 273-300, 2017.

Mendes, Ana Cláudia Vasconcelos. **A Violência Sexual Como Elemento da Cultura e Sociabilidades: Suas Manifestações Históricas e Atuais**. In: **XVI ENPES** – Em Tempos de Radicalização do Capital, Lutas, Resistência e Serviço Social. Universidade Federal do Espírito Santo – Vitória, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MMFDH. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulgados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em: 01 abr.2021.

OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. **Trabalho infantil ainda é realidade para 998 mil crianças brasileiras**. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/carrossel/trabalho-infantil-ainda-e-realidade-para-998-mil-criancas-brasileiras/>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

OLIVEIRA, Angela Maria Gonçalves; ROSÁRIO, Francileny Ketelen Rodrigues. **Violência Sexual Intrafamiliar de Crianças e Adolescentes em uma Instituição de Manaus: A Complexidade do Fenômeno.** In: **XV ENPESS – Formação e Trabalho Profissional: Reafirmando as Diretrizes Curriculares da ABEPSS**, 2016.

OLIVEIRA, Antonio Carlos de. Famílias, Violência e Proteção Social nos CREAS. In: **XVI ENPESS – Em Tempos de Radicalização do Capital, Lutas, Resistência e Serviço Social.** Universidade Federal do Espírito Santo – Vitória, 2018.

PAULINO, Sandra Eloiza. **Mães Abusadas, Filhas Abusadas: Desvelando o Abuso Sexual Incestuoso e sua Repetição Através de Gerações.** In: **XVI ENPESS – Em Tempos de Radicalização do Capital, Lutas, Resistência e Serviço Social.** Universidade Federal do Espírito Santo – Vitória, 2018.

PEREIRA, Alana Andreia. **A Exploração Sexual no Brasil e na França: Conceitos, Tendências e Aproximações.** In: **XVI ENPESS – Em Tempos de Radicalização do Capital, Lutas, Resistência e Serviço Social.** Universidade Federal do Espírito Santo – Vitória, 2018.

RAMOS, Marília Patta. **Métodos Quantitativos e Pesquisa em Ciências Sociais: Lógica e Utilidade do Uso da Quantificação nas Explicações dos Fenômenos Sociais.** Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2013.

ROCHA, Geiciane Soares da. **A atuação do Serviço Social com Crianças e Adolescentes em Situação de Violência Doméstica no Hospital São Paulo: Entre as Possibilidades e os Desafios.** In: **XV ENPESS – Formação e Trabalho Profissional: Reafirmando as Diretrizes Curriculares da ABEPSS.** Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, 2016.

RONDON, Elizabeth da Silva Alcoforado. O Silêncio Como Dispositivo de Poder. In: **XV ENPESS – Formação e Trabalho Profissional: Reafirmando as Diretrizes Curriculares da ABEPSS**, 2016.

SANTOS, Benedito Rodrigues. **O enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil.** Goiânia: Cãnone Editora, 2007.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.** Brasil: 2013.

SILVA, Jackeline Araujo. **O Código de Ética do/a Assistente Social e o Projeto Ético-Político: Uma Trajetória História de mudanças.** In: **Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social.** Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa.** 120 f. – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

**APÊNDICE 1 – PRODUÇÃO TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO
SOBRE A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENTRE
OS ANOS E 2016 A 2018**

Produção teórica do Serviço Social brasileiro sobre ESCA entre os anos de 2016 a 2018

Revista	Autor	Título	Ano	Resumo	Link	Palavra Chave	Obs.:
Temporal is/ v. 16 n. 32	Aline Elisa Maretto Lang	Articulação entre atores do sistema de garantia de direitos	2016	O objetivo deste artigo é apresentar como acontece a articulação entre dois atores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, posicionados em eixos estratégicos, no estado do Espírito Santo entre os anos 2011-2014. Os dados apresentados são resultado de uma pesquisa qualitativa, obtidos através da realização de análise documental e entrevistas semiestruturadas. Os resultados alcançados indicam que, apesar das inovações trazidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, esse Sistema ainda não atua de forma articulada e em parceria entre diferentes atores no território capixaba.	https://periodicos.ufe.br/temporalis/article/view/12691	Abuso Sexual, Violência	Explica sobre a Proteção Social Especial, violação de direitos.
Temporal is/ v. 17 n. 34	Cilene Sebastiana Braga / Mayra Ferreira Soares	Família e violações de direitos sociais no Sudeste do Pará	2017	Este artigo pretende contribuir com algumas reflexões acerca da relação entre família e política social no que se refere às violações de direitos sociais. Para isso buscou-se levantar os principais conceitos e preocupações de autores sobre a temática relacionando-os com a concepção de família presente no quadro da Política de Assistência Social e evidenciar algumas empirias com base na apresentação de dados coletados a partir das demandas postas pelas famílias no âmbito da Assistência Social. A pesquisa vem sendo desenvolvida com base na teoria crítica pautada no levantamento bibliográfico, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas realizadas na região do sudeste do Pará, onde se desenvolvem atividades de mineração. Consoante à realidade encontrada no campo foi possível observar que no âmbito das violações de direitos algumas temáticas destacaram-se, como a violência sexual, o trabalho infantil e questões chamadas de negligência. Diante disso, nota-se a forte responsabilização das famílias, principalmente das mulheres, pela situação de violência vivenciada por seus membros.	https://periodicos.ufe.br/temporalis/article/view/17910	Abuso Sexual	"De acordo com dados do Centro Especializado de Assistência Social (CREAS) de Parauapebas, no ano de 2015 o órgão atendeu 46 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes"
Temporal is/ v.17 n.34	Nathália Gregório Santana/ Elisa Celina Alcantara Carvalho Mélo	Crianças e adolescentes : o Sistema de Proteção Social em Pernambuco	2017	O presente artigo tem como objetivo central analisar os tipos de violações de direitos atendidas nos CRAS e CREAS do Estado de Pernambuco, no que diz respeito a crianças e adolescentes. Para tal reflexão, foi necessária uma revisão bibliográfica sobre as categorias: questão social, Estado, direitos e política social, além da reinteração das normativas, legislações e políticas vigentes no Brasil, em particular em Pernambuco sobre os usuários supracitados. Ainda nesse ensejo, os dados foram extraídos das planilhas anuais sobre os relatórios mensais de atendimentos dos CRAS e CREAS de 2016 no site do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Vale destacar, que mesmo diante dos avanços trazidos por meio da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, as violações de direitos cometidas contra crianças e adolescentes ainda são alarmantes.	https://periodicos.ufe.br/temporalis/article/view/17895	Exploração, abuso	"como o trabalho infantil, o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, a negligência e o abandono e a violência física e psicológica."

Temporal is/ v. 18 n. 35	Patrícia Emmanuell e Melo e Almeida Muniz/ Francimara Carneiro Araújo	SERRA DO SILÊNCIO: VIOLÊNCIA SEXUAL EM MARANGUAPE (CE)	2018	O presente artigo tem como objetivo analisar as respostas das políticas públicas aos casos de suspeita ou confirmação de abuso sexual infantojuvenil oriundos do distrito Serra do Lagedo, Maranguape – CE. Dessa forma, foi verificado a atuação de equipamentos públicos aos casos de abuso sexual, perpassando por questões relacionadas ao perfil da vítima e do abusador, as circunstâncias da denúncia e os encaminhamentos realizados. Os dados foram coletados por meio da pesquisa documental de acordo com os prontuários. Como considerações finais, apontamos a necessidade de formulação e implantações de um circuito eficaz de atendimento aos vitimizados de abuso sexual no município.	https://periodicos.ufe.br/temporalis/article/view/17144	Violência sexual	
Temporal is/ v. 18 n. 35	Elizabeth da Silva Alcoforado	ABUSO SEXUAL: FORMAÇÃO PROFISSIONAL, CONDIÇÕES DE ENFRENTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL E O ADOECIMENTO DO PROFISSIONAL QUE ATUA NO ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS	2018	O presente artigo é fruto da tese de doutorado em sociologia/UFPB - O PODER NOS MUROS DO SILÊNCIO: abuso sexual, segredo e família, defendida em 2016. As vítimas de violência sexual nas unidades de saúde e de assistência são sempre acolhidas por uma equipe multidisciplinar. A multiplicidade de olhares para uma mesma questão – o abuso sexual – favorece a compreensão deste problema como multifacetado. Como pontuou Azevedo e Guerra (2007), a vítima de abuso sexual apresenta-se como uma síntese de comorbidade, ou seja, a vítima nunca se apresenta apenas com uma única modalidade de violência, mas como uma síntese de modalidade de violência intrafamiliar que será revelada no contato e na escuta qualificada da equipe multidisciplinar. A revelação da violência sexual, mediante relato da vítima junto aos profissionais qualificados, possibilita também a exposição de toda uma dinâmica da violência doméstica. Neste sentido, a atuação em rede é um ponto crucial, visto que várias demandas se apresentam, requerendo com isso que o trabalho seja fortalecido entre os técnicos de atendimento direto, como também com a equipe de referência e contra referência. Trabalhar com a dor do outro não representa uma tarefa fácil para as equipes multidisciplinares no setor de saúde e assistência social. As dificuldades de operacionalizar as ações por limitações institucionais, de formação, de apoio e falta de capacitação adequada, muitas vezes, leva a própria equipe a buscar formas criativas para suportar o peso do cotidiano permeado por histórias de violências.	https://periodicos.ufe.br/temporalis/article/view/19741	Abuso sexual	"A violência contra crianças e adolescentes é um fenômeno que se apresenta desde o início da humanidade."
Serviço Social e Socieade			2016		SciELO	Abuso sexual, exploração, criança	Zero Publicações
Serviço Social e Socieade			2017		SciELO	Abuso sexual, exploração, criança	Zero Publicações
Serviço Social e Socieade - Nº 131	Bruna Cristina Silva Oliveira	"Nenhum passo atrás": algumas reflexões em torno da redução da maioridade penal	2018	Apesar das conquistas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, presenciamos, por parte de setores conservadores, um forte apelo em torno da redução da idade penal para dezesseis anos. Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo tratar sobre a ineficiência da redução da maioridade penal, uma vez que concluímos que tal proposta não compreende os adolescentes dentro das cadeias de desigualdade social na qual estão inseridos, limitando-se a culpabilizar o sujeito por uma questão que, mais do que individual, é estrutural e social.	https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n131/0101-6628-sssoc-131-0075.pdf	Violência, criança	"a ser vítima de inúmeras violações nos âmbitos físico, psicológico, sexual, moral e material"
Serviço Social e Sociedad e - Nº 132	Luciana Ribeiro Paneghini	Lutas feministas nos documentos do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS): uma breve análise	2018	Este artigo apresenta os posicionamentos do CFESS sobre temas feministas, emitidos nos últimos dez anos. Por meio da pesquisa de suas resoluções e manifestos, observou-se que o CFESS debate tais questões dentro de uma perspectiva anticapitalista, anti-homofóbica e antirracista, com o fito de construir diretrizes para o exercício profissional, enquanto entidade máxima de representação do Serviço Social.	https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n132/0101-6628-sssoc-132-0252.pdf	Feminismo, direitos	"combate à exploração sexual de mulheres e crianças, legalização e descriminalização do aborto,"

Enpess 2016	Geiciane Soares Da Rocha	ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM CRIANÇAS E ADOLESCEN TES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO HOSPITAL SÃO PAULO: ENTRE AS POSSIBILIDA DES E OS DESAFIOS	20 16	O estudo fez uma análise do trabalho do Assistente Social com crianças e adolescentes em situação de violência doméstica no Hospital São Paulo. Buscou responder algumas indagações, dentre elas: qual é o posicionamento ético-político e teórico-metodológico do Assistente Social frente a esta questão? O profissional criminaliza e/ou moraliza a pobreza ou garante direitos? Foi utilizada a metodologia qualitativa através de entrevistas semi-estruturadas com Assistente Sociais que atuam com crianças e adolescente em situação de violência doméstica no Hospital São Paulo.	CD	Crianças, adolescent es, violência	"Tem a questão da violência sexual também que se enquadra na violência doméstica"
Enpess 2016	Francileny Ketelen Rodrigues Rosário Angela Maria Gonçalves De Oliveira	VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILI AR DE CRIANÇAS E ADOLESCEN TES EM UMA INSTITUIÇÃO DE MANAUS: A COMPLEXID ADE DO FENÔMENO.	20 16	A sexualidade humana é uma necessidade básica que proporciona o bem estar do individuo. Este artigo objetiva apresentar os resultados da pesquisa sobre violência sexual intrafamiliar realizada na DEPCA, em Manaus-AM. Tal problemática é um fenômeno complexo que atinge crianças e adolescentes, uma vez que nem sempre os abusadores são culpabilizados pelos danos causados a esses sujeitos. O estudo baseou-se em pesquisa realizada com os usuários do sistema e nos possibilitou conhecer o universo patológico do agressor causando dificuldades na vítima para verbalizar o abuso.	CD/ COD: 00153	Violência, sexual, crianças	"ocasionando muitas vezes a violência sexual contra crianças e adolescentes."
Enpess 2016	Maria Adriana Da Silva Torres Grayce Kelly Bruno Da Silva	TRÁFICO HUMANO: a exploração de mulheres para fins comerciais	20 16	Este trabalho tem como objetivo tecer algumas considerações sobre o tráfico de pessoas, com especial atenção para a vulnerabilidade das mulheres, que são as principais vítimas das formas de degradação humana movidas pela indústria mundial do sexo. As inquietações aqui apresentadas são parte dos estudos realizados sobre os relatórios nacionais e mundiais acerca do assunto em tela, à luz da teoria crítica, que permite compreender o tráfico humano como uma das expressões bárbaras do capitalismo, porque transforma pessoas em mercadorias negociadas no comércio. Essas reflexões permitem fazer uma crítica ao ordenamento jurídico, cujas conquistas foram amplas no plano da materialidade documental, mas mostram-se frágeis em decorrência da degradação humana vivenciada pela classe trabalhadora. Palavras-chave: Tráfico, capitalismo, direitos.	CD/ COD:00216	Tráfico, comercial, exploração	"assim como as demais formas de serviços sexuais, incluindo todos os tipos de exploração sexual de crianças e adolescentes."
Enpess 2016	Nivia Valença Barros	VIOLÊNCIA CONTRA MENINAS NO BRASIL E EM PORTUGAL: Legislações, políticas e práticas de proteção social - 2010 - 2015	20 16	Este artigo objetiva apresentar as considerações finais sobre a pesquisa desenvolvida no estágio Pós Doutoral desenvolvido no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. A pesquisa pautou-se na realização de um estudo comparativo da legislação, das políticas e das práticas de proteção social para o enfrentamento da violência contra meninas (criança e adolescente) no Brasil e em Portugal, no período de 2000 a 2015. A pesquisa foi desenvolvida através de intensa revisão bibliográfica, leituras, grupos de estudos, participação em atividades, entrevistas, intercambio institucionais, entre outros.	CD/COD:00 286	Violência	"número de violência sexual contra crianças e adolescentes cresceu 16% desde 2011"

Enpess 2016	Sylvanara Alves Lima Maria Gracileide Alberto Lopes	A CATEGORIA MEDIÇÃO E O TRABALHO DOS ASSISTENTE S SOCIAIS NA IDENTIFICAÇÃO DA ALIENAÇÃO PARENTAL	20 16	O presente artigo reflete sobre a categoria mediação no trabalho do assistente social e na utilização para identificar a alienação parental nos processos judiciais. O objeto de estudo deste trabalho está relacionado à temática do Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional e objetivou apresentar o processo de mediação dos profissionais de Serviço Social atuantes na Vara da Justiça Itinerante de Boa Vista-RR na identificação da alienação parental. Para tanto, foi necessário à abordagem sobre a Mediação no processo de trabalho profissional. Como técnicas metodológicas, adotou-se pesquisa bibliográfica, documental e de campo possibilitando visualizar o trabalho do Assistente Social na instituição no ano de 2015. Revelando que o Assistente Social desenvolve sua prática utilizando-se da categoria mediação como metodologia que aponta as possibilidades de intervenção de acordo com os elementos constitutivos da profissão.	CD/COD:00 359	Abuso sexual	"pela violência contra a mulher, a infância e a juventude, as situações de abandono e negligência familiar, o abuso sexual, a prostituição"
Enpess 2016	Eliana Pereira Silva	MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NA FAVELA PARAIÓPOLIS – POSSIBILIDADES DE LUTA E RESISTÊNCIA	20 16	O presente artigo é a síntese da dissertação de mestrado da autora sobre o a análise e apreensão da violência contra as mulheres como uma das expressões da questão social e sua inter-relação com as categorias Classe, Gênero e Raça. Por meio do recorte do universo cotidiano das mulheres moradoras da comunidade de Paraiópolis, objetivou-se, compreender a percepção das mulheres sobre a vivência da violência e o significado atribuído às suas experiências. Pesquisa qualitativa realizada a partir da construção de narrativas orais.	CD/COD: 00421.416	Violência	É comum a violência na trajetória de vida desde a infância. A pobreza e o abandono familiar, como formas de expressão da violência, caracterizam o alto grau de vulnerabilidade que colocam essas mulheres suscetíveis a outras violências,
Enpess 2016	Thais Sousa Silva Larissa Ivete Lopes De Carvalho Camilla Maria De Lima Ferreira	A REALIDADE EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA E A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO ESCOLAR	20 16	O presente trabalho tem como objetivo verificar as questões levantadas em torno do debate iniciado nas duas últimas décadas sobre a inclusão do Assistente Social na Educação e a importância da inserção desse profissional nas escolas. A escolha do tema foi influenciada pela realidade social de Abaetetuba e seu reflexo na Educação. Através disso, realizou-se uma pesquisa de campo em instituições de ensino do município para conhecer a realidade das escolas e comprovar que o assistente social irá contribuir para se alcançar uma educação pública de qualidade.	CD/COD: 00429	Criança, sexual	são as crianças e os adolescentes que são vítimas constantemente da violência, aliciamento e exploração decorrentes do descaso das autoridades
Enpess 2016	Thais Sousa Silva Larissa Ivete Lopes De Carvalho Camilla Maria De Lima Ferreira	SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA	20 16	O presente artigo é resultado de uma pesquisa em andamento sobre a política de defesa dos direitos da mulher no município de Abaetetuba/PA. Para a obtenção de dados realizou-se uma pesquisa de campo em instituições que atuam em defesa da mulher vítima de violência doméstica e familiar: o Centro de Referência Especializado de Atendimento a Mulher (CREAM/Maria do Pará) e a Delegacia de Atendimento a Mulher (DEAM). O objetivo desta pesquisa é identificar os avanços e desafios desta política social no município, assim como a atuação dos profissionais de Serviço Social inseridos nestas instituições.	CD/COD: 00434	Criança	No sistema capitalista a exploração da força de trabalho de mulheres e crianças merece destaque,

Enpess 2016	Maria Augusta Destefani Pancoto Emilly Marques Tenório Barbara Leite Pereira Colombi	ENFRENTAMENTOS AO DEPOIMENTO O ESPECIAL: resistência coletiva da equipe técnica no judiciário capixaba	2016	O presente artigo pretende apresentar a experiência coletiva de resistência e enfrentamento das categorias de serviço social e psicologia do Poder Judiciário do Espírito Santo - PJES, frente à demanda institucional, no tocante ao Depoimento Especial com rebatimentos éticos que atravessam a atuação dos respectivos profissionais inseridos neste espaço. A construção e manutenção de movimentos e espaços coletivos, como o Fórum de Assistentes Sociais e Psicólogos do PJES aponta como possibilidade à permanente luta pela garantia de direitos, diante dos desafios dentro de uma estrutura de relações verticalizadas e de precarização de parcela de sua força de trabalho, os servidores.	CD/COD: 00482	Criança, adolescente	promover a proteção psicológica das crianças/adolescentes vítimas de violência sexual,
Enpess 2016	Alice Alves Menezes Ponce De Leão Nonato Beatriz Borges Viana	TRABALHO E SOFRIMENTO DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS DIVERSOS ESPAÇOS SOCIOOCCUPACIONAIS DE PARINTINS-AM	2016	Discute-se nesse artigo a relação entre trabalho e sofrimento no cotidiano de intervenção de assistentes sociais no município de Parintins - Amazonas, a partir das limitações institucionais na viabilização dos serviços frente a uma demanda crescente e complexificada e também diante dos conflitos éticos em que é posto o profissional diante da violação dos direitos dos usuários. A metodologia é resultante de pesquisa bibliográfica e de campo, resultantes de um projeto de iniciação científica. Conclui-se que a subjetividade do assistente social frente às suas condições de trabalho influenciam nos rumos da ética profissional e na qualidade dos serviços prestados aos usuários.	CD/COD:00564	Criança, sexual	Os casos de maus-tratos me deixam pensativa, mas até consigo atender, menos abuso sexual de criança
Enpess 2016	Antonio Carlos De Oliveira Chris Giselle Pegas Pereira Da Silva	TRABALHO COM FAMÍLIAS NO CRAS: importância do cuidado	2016	O presente trabalho apresenta uma discussão sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e sua importância, no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), no processo de cuidado com as famílias atendidas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). As especificidades do trabalho desenvolvido no PAIF influenciam diretamente o exercício do Serviço Social no CRAS e possibilitam destacar a importância da atuação profissional.	CD/COD:00661	Criaça, sexual	crianças, adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual;
Enpess 2016	Priscila Ambrozio Gonçalves	BREVE REFLEXÃO ACERCA DO ADOLESCENTE INSTITUCIONALIZADO E O MERCADO DE TRABALHO	2016	Apresentamos uma breve análise sobre a perspectiva do adolescente institucionalizado para o mercado de trabalho, sob a análise do Programa Jovem Aprendiz. Reflexões da experiência vivenciada em Instituição de Acolhimento para Crianças e Adolescentes	CD/COD:00769	Criança, violência	de crianças e adolescentes institucionalizados ou vítimas de violência e abuso sexual
Enpess 2016	Elizabeth Da Silva Alcoforado Rondon	O SILÊNCIO COMO DISPOSITIVO DE PODER	2016	Este artigo faz parte da tese de doutorado em sociologia, em andamento na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e intitula-se O poder nos muros do silêncio: Um estudo sobre a construção do pacto do silêncio nos casos de abuso sexual intrafamiliar na realidade Paraibana, no período de 2011/2015. Nele, procuramos compreender o silêncio como dispositivo de poder, nos casos de abuso sexual intrafamiliar. Neste sentido, fizemos uso dos depoimentos dos técnicos dos CREAS e de uma vítima, na época, com 28 anos, que resolveu apresentar sua história de abuso, silêncio e superação dessa violência.	CD/COD:00789	Criança, sexual	violência doméstica ou intrafamiliar caracteriza-se pela manifestação da violência física, sexual, psicológica

Enpess 2016	Inacia Batista De Brito Maria Helena Santana Cruz	A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL E O ENFRENTAM ENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCEN TES	20 16	O presente artigo apresenta resultado preliminar da pesquisa de mestrado em serviço social (em curso), vinculado a UFS. O texto versa sobre o enfrentamento da violência doméstica contra crianças e adolescentes e os desafios da rede de proteção social presentes para a construção de uma perspectiva intersetorial para as ações de proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes vitimados. As conclusões apontam que a Rede de Proteção Social do município de Itabaianinha/SE se encontra fragilizada e desarticulada. Os atores compreendem a importância do trabalho em rede para o enfrentamento à violência doméstica, contudo, ainda há pouco investimento e planejamento.	CD/COD:00 885	Criança, sexual	A violência contra a criança e adolescente é todo ato ou omissão cometido pelos pais, parentes, outras pessoas e instituições capazes de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima.
Enpess 2016	Nathalia Lopes Caldeira Brant	SERVIÇO SOCIAL E A TEORIA SOCIAL DE MARX: O TRABALHO PROFISSION AL NO GERENCIAM ENTO DAS EXPRESSÃO S DA QUESTÃO SOCIAL	20 16	As dimensões do trabalho do assistente social, sua situação enquanto classe trabalhadora, as condições em que se objetivam esse trabalho, o impacto na população atendida e a insistência em se pautar em um determinado direcionamento ético-político-social caracterizam o trabalho profissional do assistente social. O artigo apresentará a pesquisa que a autora sistematizou em sua dissertação de mestrado, especificamente a reflexão quanto a condição de trabalhador do assistente social nos espaços da proteção social especial do município de Franca-SP.	CD/COD:00 912	Abuso sexual	Mas que requer, assim, uma atenção realmente diferenciada, os casos de abuso sexual.
Enpess 2016	Daiane Rodrigues Cardoso Pacheco	GANHO DE "VOZ": o fenômeno da Exploração Sexual e Comercial de Crianças e Adolescentes na pauta pública	20 16	O presente artigo analisa o fenômeno da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, buscando refletir sobre sua inserção na agenda política das últimas décadas no Brasil, como um grande desafio a ser enfrentamento. Para isso, foi necessário realizar um apanhado histórico da temática desde as grandes reivindicações por parte do movimento social de defesa da criança e adolescentes, passando por diversas ações de visibilidade do tema, pelos programas de atendimento as vítimas, de prevenção e enfrentamento ao fenômeno até a constituição de seu enfrentamento enquanto política pública.	CD/COD:00 931	Exploração sexual	A exploração sexual se constitui uma violação do direito ao respeito, à dignidade humana
Enpess 2016	David Das Neves Aires Clícia Danielly Barbosa Alcântara	MENINAS BALSEIRAS: DESVELAND O ASPECTOS CULTURAIS, SOCIAIS E ECONÔMICO S DA EXPLORAÇÃO O SEXUAL NO RIO TAJAPURU LOCALIZADO NA ILHA DO MARAJÓ	20 16	Este artigo tem a intencionalidade de tecer reflexões e estudos acerca da exploração sexual de crianças e adolescentes na ilha do Marajó- PA, conhecidas pejorativamente como "Meninas balseiras" por se aproximarem de balsas para a venda de frutas e produtos regionais, acabam vivendo em situação de exploração sexual com os tripulantes de balsas e cargueiros em troca de óleo diesel, comida, roupas entre outros. A situação acontece predominantemente no rio Tajapuru. Assim, focaremos nos municípios de Breves, Portel e Melgaço que são banhados pelo rio Tajapuru. Buscando compreender em um olhar amplo as dimensões cultural, social e econômica desta exploração.	CD/COD:01 020	Exploração sexual	A exploração sexual é uma das violações mais cruéis contra crianças e adolescentes. Ela compromete o desenvolvimento da criança, produzindo efeitos e marcas que se mantêm presentes por toda a vida

Enpess 2016	Denise Bentes Soares Elizabeth Cardoso Batista Neta Gisely Pereira Tavares Vanessa Rodrigues De Sousa Milena Fernandes Barroso	REDE SOCIOASSISTENCIAL NO ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NA REGIÃO DO BAIXO AMAZONAS	20 16	Este artigo objetiva discutir a rede de atendimento às mulheres em situação de violência do Baixo Amazonas com foco na rede socioassistencial. Para o estudo foi realizado pesquisa documental e de campo em cinco municípios. A análise dos dados demonstrou a inexistência de serviços especializados, a precariedade na prestação dos serviços não especializados, e o Conselho Tutelar como principal porta de entrada das mulheres em situação de violência. Acredita-se que o desvelamento da rede sócioassistencial contribuirá para a construção de mecanismos de intervenção para os casos de violência contra as mulheres nos municípios de médio e pequeno porte.	CD/COD:01 052	Abuso	a maioria dos atendimentos prestados está relacionado ao abuso sexual de crianças e adolescentes e maus tratos de idosos”, afirmou a profissional.
Enpess 2016	Vanessa Rombola Machado	VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL: invisibilidade perversa	20 16	O presente artigo constitui-se uma análise teórica sobre a Violência contra crianças e adolescentes no Brasil, a partir dos dados obtidos por meio do Mapa da Violência 2012 – crianças e adolescentes no Brasil. Concebemos que a violência contra criança e adolescente é uma realidade posta, se efetiva no âmbito doméstico, tendo os genitores como os principais agressores, fato este que leva a mesma a certa invisibilidade social. Compreendemos que refletir e desvelar sobre a violência é fundamental, até para que se possa propor políticas públicas de enfrentamento a esta situação, buscando a garantia dos direitos das crianças e adolescentes.	CD/COD:01 131	Sexual	Especificamente em relação a Violência Doméstica, Sexual e outras formas contra crianças e adolescentes
Enpess 2016	Patricia Ferreira Da Silva Sandra Regina Dos Santos	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E AS REQUISICÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA	20 16	Este estudo se propõe a iniciar diálogo sobre as requisições do Sistema de Justiça ao Sistema Único da Assistência Social a partir da experiência cotidiana das profissionais que o constrói. Para tanto fez-se importante a busca pela afirmação do acesso a ambos sistemas enquanto direito, bem como de salientar suas especificidades no tocante a oferta de serviços e atendimentos à sociedade. A descrição do fluxo e procedimentos a partir da emissão das requisições, seu conteúdo e suas contradições. O levantamento de inúmeras questões e a necessidade de maior aprofundamento da temática se fizeram presentes.	CD/COD:01 268	Sexual	violência e abuso sexual de crianças e adolescentes; inserção de adolescentes em cursos profissionalizantes e no mundo do trabalho.
Enpess 2016	Luciano Márcio Freitas De Oliveira Maria Luíza Amaral Rizzotti	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: entre o normativo e o vivido.	20 16	Nas últimas décadas a temática relativa à população em situação de rua adentrou na agenda das políticas sociais no Brasil. Este artigo esta inserido no debate referente à influência dos mecanismos de coordenação federal sobre as capacidades institucionais locais. Como material utilizado destaca as normativas elaboradas pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, pesquisa de campo e revisão bibliográfica. Ressalta-se que a reflexão se inicia de forma não ortodoxa, com a apresentação do relato de um atendimento. Essa inversão discute a difícil travessia entre o pensamento tradicional e as mudanças propostas pelo novo reordenamento da proteção social brasileira.	CD/COD:01 285	Sexual	ugere-se, também, a identificação, nos territórios, da ocorrência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua dentre outras.

Enpess 2016	Ivna De Oliveira Nunes Tatiana Raulino De Sousa Clara Maria Holanda Silveira Alano Do Carmo Macêdo	MIGRAÇÃO, POBREZA E TRÁFICO DE MULHERES	20 16	Este trabalho propõe reflexões acerca do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial sob a transversalidade da dinâmica da pobreza e o (des)entendimento dos processos migratórios. Debateremos a exponenciação da feminização da pobreza no movimento das políticas migratórias. Por fim, apontaremos algumas contribuições para (re)pensar a reverberação de tais políticas na vida das mulheres no contexto em debate. Palavras-chave: Migração. Pobreza. Tráfico de mulheres.	CD/COD:01 325	Criança	No que se refere ao Brasil, é importante fazer o cruzamento desses dados com a Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres e Crianças para Fins de exploração Sexual
Enpess 2016	Marcia Cristina Baldini	CLARISSE E SUAS MÃES - Uma análise sobre a reação das mães de meninas violentadas sexualmente em uma sociedade patriarcal	20 16	O presente artigo é fruto de uma pesquisa em andamento que objetiva investigar a reação materna ao se deparar com a violência sexual envolvendo sua filha, nos casos em que o autor da violência encontra-se vinculado à mãe através de uma relação amorosa. A metodologia que vem sendo utilizada é a de pesquisa documental através de prontuários do Centro de Referência de Atendimento Especializado de Assistência Social – CREAS, de Limeira, tendo como pano de fundo as relações patriarcais e violência de gênero presentes na violência sexual contra meninas.	CD/COD:01 399	Criança	De fato, é principalmente no lar, lugar de suposta proteção, ladeado pelos muros do silêncio, onde ocorrem a maioria dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.
Enpess 2016	Maria Joseilda Da Silva Pinheiro Cristiane Bonfim Fernandez	MECANISMO DE CONTROLE SOCIAL: ações do Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Amazonas	20 16	Este artigo faz uma discussão acerca das ações do Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Amazonas e seus paradoxos na proteção desde segmento populacional considerado com prioridade absoluta. Teve como objetivo a análise dos limites e possibilidades dos atores sociais que integram o Comitê nos processos de cobranças do poder público estadual frente aos esquemas poderosos de abuso e exploração sexual infantojuvenil no Amazonas que, nos últimos anos, ganhou maior visibilidade em nível nacional. O locus da pesquisa foi o referido Comitê. As fontes de pesquisa são bibliografias, reportagens jornalísticas e entrevista semiestruturada.	CD/COD:01 489	Criança, sexual	Segundo o Estudo Analítico do Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescente no Brasil – ESCCA (1996-2004) as estratégias para o enfrentamento da violação dos direitos das crianças e adolescente se estruturam a partir da Convenção Internacional dos Direitos Humanos, em 1989

Enpess 2016	Jessica Layne Da Silva Galino Rayane Sabrine Moraes Lins	ESPELHO QUEBRADO: os espaços de acolhimento como estratégia de superação da violência doméstica.	20 16	O estado de Pernambuco tem apresentado índices alarmantes de violência. Um aspecto que chama atenção no cenário da violência é a impetrada contra crianças e adolescentes e no espaço doméstico. Não poderia ficar de fora nesta retrospectiva da violência em geral a particularidade da violência doméstica/intrafamiliar e especificamente a vinculada ao abuso sexual. Visto isto, objetivamos analisar o abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes e sua contribuição para a perda do poder familiar, necessitando a intervenção judicial e a transferência da rotina de vida das vítimas aos espaços de acolhimento institucional.	CD/COD:01 507	Abuso	No tocante ao abuso sexual este deverá fazer parte da agenda médica e escolar, uma vez que a incidência do abuso sexual está representada em 35%2 das notificações da pesquisa de 2011 na faixa etária de 2 a 9 anos.
Enpess 2016	Fabiana Aparecida De Carvalho	MACHO, SIM SENHOR: o abuso sexual contra meninos	20 16	RESUMO: O artigo é fruto da tese de doutorado em serviço social na PUC/SP. O objetivo geral foi perquirir as consequências do abuso sexual contra meninos e os objetivos específicos foram analisar essas consequências, especificamente na esfera da convivência familiar e comunitária e na escolaridade; e, também verificar de que modo esse fato repercutiu na família, na visão da mãe e/ou da cuidadora. A violência sexual contra meninos ocorre com maior frequência do que se imagina e está envolta de naturalizações e comportamentos culturais machistas. A atuação junto aos casos também é atribuição do serviço social e demanda conhecimento e ética.	CD/COD:01 608	Abuso sexual	
Enpess 2018	MÁRCIA CAMPOS EURICO	INFÂNCIA E ADOLESCÊN CIA NO CONTEXTO DO ACOLHIMEN TO INSTITUCION AL: PARTICULAR IDADE DA QUESTÃO ÉTNICO- RACIAL	20 18	A pesquisa buscou analisar como se materializa o racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes negros(as) e o quanto esta prática guarda profunda relação com as formas legitimadas de controle dos corpos negros no período da escravidão no Brasil. Os procedimentos metodológicos envolveram pesquisa documental bibliográfica e pesquisa de campo nas instituições, com a realização de grupos focais dirigidos aos profissionais. Ao mergulhar no complexo processo de acolhimento institucional, por detrás da aparência de um lugar seguro, o que se revela é uma instituição projetada para enquadrar essas crianças e adolescentes.	https://peri odicos.ufe s.br/abeps s/article/Vie w/22111	Criança, violência	"atividades ligadas à exploração sexual infantil e/ou ao comércio de drogas ilícitas" MESA: Mesa coordenada Relações étnico-raciais, trabalho, direitos e políticas sociais
Enpess 2018	BÁRBARA DA ROCHA FIGUEIRED O CHAGAS1 MARIA CLARA EZEQUIEL BEZERRA2 FERNAND A NEVES GASPAR3 FLÁVIA FERREIRA ALVES DO NASCIMEN TO	TRABALHO, PRECARIZAÇ ÃO E SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE DO DEBATE DA CATEGORIA PROFISSION AL NA REVISTA SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE	20 18	O presente artigo apresenta resultados de pesquisa integrante de projeto de iniciação científica. Este trabalho tem por objetivo apresentar uma revisão e estudo bibliográfico da produção intelectual no Serviço Social acerca das categorias trabalho e precarização, considerando-se as publicações realizadas na revista Serviço Social & Sociedade, entre os anos de 2010 a 2017.	file:///C:/Us ers/user/De sktop/2358 5- Texto%20d o%20artigo -68243-1- 10- 20190207.p df	Exploração , sexual, criança	"quando crianças e adolescentes foram vítimas de abuso e/ou exploração sexual, a falta de condições de trabalho" só tem esse trecho sobre MESA: Comunicações orais - Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

Enpess 2018	ANA CLÁUDIA VASCONC ELOS MENDES	A VIOLÊNCIA SEXUAL COMO ELEMENTO DA CULTURA E SOCIALIZA DES: SUAS MANIFESTAÇ ÕES HISTÓRICAS E ATUAIS	20 18	Esta pesquisa se propõe discutir acerca da violência sexual sob uma perspectiva ontológica, retomando as sociabilidades na qual essa questão se manifesta e se institui ao longo da história. Para isso, dois enfoques centrais nortearão essa discussão: realizar uma análise de como a violência sexual se apresenta no cotidiano do ser social, e fazer um contraponto sobre a forma como vem sendo realizado o trabalho e as discussões sobre dessa questão.	file:///C:/Users/user/Desktop/2327 1- Texto%20d o%20artigo -67391-1- 10- 20190120.p df	Violência, sexual, crianças	"- o ato sexual era o investimento de capital, e o filho, a mais-valia acumulada. " MESA: Comunicações orais - Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional. Mesa: Comunicações orais - Política Social e Serviço Social
Enpess 2018	RAQUEL MAÍRA DOS SANTOS ALVES MILITÃ	A INTERVENÇ ÃO E LIMITES DOS ÓRGÃOS DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCEN TE	20 18	Este trabalho é um recorte da dissertação de mestrado intitulada: O SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (SGD): ANÁLISE DA TRAJETÓRIA E DO PROCESSO DE RESOLUBILIDADE DOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA SEXUAL EM RECIFE – PE. Apresentaremos a atuação e as dificuldades de 06 órgãos do SGD. Buscamos compreender as contradições existentes no processo de proteção e garantia de direitos que dificultam o restabelecimento dos direitos violados. Nesta experiência, foram entrevistados 07 profissionais e constatou-se que muitas são as dificuldades em atuar junto ao SGD, pois muitos são os entraves encontrados ao acionar os órgãos competentes. Palavras-chave: Criança e adolescente; Direitos; Violência.	file:///C:/Users/user/Desktop/2250 8- Texto%20d o%20artigo -65113-1- 10- 20181208.p df	Violência, sexual, crianças	"ocorre a resolução dos casos de violência doméstica sexual contra crianças e adolescentes." MESA: Comunicações orais - Política Social e Serviço Social
Enpess 2018	JESIMIELE VANESA DA SILVA1 ALECSONI A PEREIRA ARAÚJO2 RAFAEL NICOLAU CARVALH O3 PATRICIA BARRETO CAVALCA NTI4 ANA PAULA ROCHA DE SALES MIRANDA	AS MÚLTIPLAS EXPRESSION ES DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCEN TES	20 18	O objetivo desta análise é proporcionar reflexões e ampliar o diálogo sobre as expressões da violência contra crianças e adolescentes. Tendo em vista que esta se apresenta enquanto manifestação gravíssima da questão social, determinando valores morais, políticos, culturais e sociais. Assim, diante da realidade que denuncia a ausência de um Estado social, coloca-se em destaque a necessidade emergencial de intervenções públicas que tornem possível solucionar os problemas de cunho estrutural.	file:///C:/Users/user/Desktop/2251 5- Texto%20d o%20artigo -65127-1- 10- 20181208.p df	Violência, criança	"Ainda no tocante a violência sexual contra crianças e adolescentes, denúncias feitas ao Disque 100 registraram nos primeiros quatro meses" MESA: Comunicações orais - Política Social e Serviço Social
Enpess 2018	JULIANA LUSTOSA JUCÁ1 LAURIENE RODRIGUE S MARREIRO MENDONÇ A2 GABRIELA MARTINS FARIAS3 MARIA DAS GRAÇAS RODRIGUE S MENDES4 FRANCISC A SILVA HELENA BARBOSA DUARTE	O DIREITO À CONVIVÊNCI A FAMILIAR E COMUNITÁRI A DE CRIANÇAS E ADOLESCEN TES NO ABRIGO SANTA GIANNA BERETA MOLLA EM FORTALEZA- CEARÁ	20 18	Este artigo analisa o direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes no Abrigo Santa Gianna Bereta Molla, em Fortaleza-Ceará. A metodologia é qualitativa feita com pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Como resultados identificamos que o acolhimento é organizado segundo a legislação; possui um trabalho com as famílias para reconstrução de vínculos, mas isso ainda não evoluiu conforme o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. Existe a necessidade do trabalho intersetorial entre as políticas sociais, para fortalecer a reintegração familiar e o exercício da cidadania ativa das crianças e adolescentes acolhidos na unidade	file:///C:/Users/user/Desktop/2263 2- Texto%20d o%20artigo -65360-1- 10- 20181208.p df	Crianças, adolescent es	"crianças e adolescentes que estão em risco pessoal e social, seja pela violência doméstica, seja pela violência urbana, pela exploração sexual " MESA: Comunicações orais - Política Social e Serviço Social

Enpess 2018	ALAIS FIRMINO CORDEIRO 1 FRANCILDA DANTAS CARDOSO 2 CLAUDIA OLIVEIRA DOS REIS3	MEDIDAS SOCIOEDUC ATIVAS DE LIBERDADE ASSISTIDA NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO MORATO: A IMPORTÂNCIA DA ELABORAÇÃO DO PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO (PIA)	20 18	O presente artigo é fruto de um trabalho de conclusão de curso, apresentado à Faculdade Paulista de Serviço Social campus São Paulo (FAPSS/SP). Tem como objetivo o estudo da elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) em medidas de Liberdade Assistida (LA). Utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica e de campo, realizando entrevistas com profissionais da equipe técnica do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) do município de Francisco Morato grande São Paulo. Concluímos existir avanços importantes, porém uma latente precarização das políticas públicas, permeando ainda uma lógica punitivista com falta de voz ativa dos adolescentes envolvidos.	file:///C:/Users/user/Desktop/22963- Texto%20do%20artigo -66271-1- 10- 20181219.pdf	Medidas socioeducati vas	"Maus tratos, abuso sexual, exploração do trabalho e sexual" MESA: Comunicações orais - Política Social e Serviço Social. SÓ ESSE TRECHO
Enpess 2018	ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA	FAMÍLIAS, VIOLÊNCIA E PROTEÇÃO SOCIAL NOS CREAS	20 18	O atendimento prestado nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) a famílias que apresentam dinâmicas de violência praticada contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos constitui o objeto de análise do presente trabalho. A ênfase recai sobre desafios da intervenção a partir da compreensão de famílias como espaço de sociabilidade atravessado por relações desiguais de poder, sobretudo quanto às dimensões de gênero e geração, em seu potencial a um tempo protetivo e violador de direitos de seus integrantes sócio-historicamente mais vulnerabilizados	file:///C:/Users/user/Desktop/23560- Texto%20do%20artigo -68189-1- 10- 20190207.pdf	Violência	"era formada por crianças e adolescentes, com destaque para as situações de abuso sexual " MESA: Comunicações orais - Política Social e Serviço Social
Enpess 2018	Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães 1	A INFÂNCIA NO MARAJÓ OCIDENTAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE O MUNICÍPIO DE BREVES (PA)	20 18	No presente artigo analisamos a situação da infância na região do Marajó Ocidental, tomando como recorte o município de Breves (PA). Primeiramente, apresentamos o referido município, bem como as suas particularidades enquanto cidade que compõe a Amazônia e o Marajó. Posteriormente abordamos sobre os desafios enfrentados pela região na garantia dos direitos da infância. A pesquisa é exploratória, pautando-se em levantamento bibliográfico, documental e de campo, no qual se utilizou a entrevista semiestruturada realizada com os profissionais que atuam direta e indiretamente nas ações de proteção da infância brevesense, tais como professores, assistentes sociais, psicólogos e defensores públicos	file:///C:/Users/user/Desktop/23279- Texto%20do%20artigo -67409-1- 10- 20190120.pdf	Infância	"grupos que viviam à exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes e tráfico de entorpecentes." MESA: Comunicações orais - Ética, Direitos Humanos e Serviço Social
Enpess 2018	Raquel Correia de Oliveira	A JUVENTUDE MARAJOARA : INDICADORES DE PERPETUAÇÃO DO CICLO DA VULNERABILIDADE SOCIAL ENTRE OS JOVENS DO MUNICÍPIO DE BREVES/MARAJÓ-PA	20 18	O presente artigo tem por objetivo descrever e analisar aspectos sociais e econômicos da juventude marajoara que nos permitem identificar como a vulnerabilidade social se apresenta em suas vidas. O município de Breves está localizado na parte sudoeste do Arquipélago do Marajó, fazendo parte da microrregião dos Furos de Breves, sendo que o Censo Demográfico do ano de 2010 contabilizou uma população total de 92. 860 (noventa e dois mil oitocentos e sessenta) habitantes. Os resultados obtidos apontam para uma perpetuação do ciclo de vulnerabilidade social, no qual os direitos humanos da juventude brevesense estão sendo negados. Palavras-chave: Juventude marajoara; Indicadores; Vulnerabilidade Social.	file:///C:/Users/user/Desktop/23280- Texto%20do%20artigo -67411-1- 10- 20190120.pdf	Juventude, vulnerabilidade	"e então houve um aumento nos casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes" MESA: Comunicações orais - Ética, Direitos Humanos e Serviço Social - SÓ TEM ESSE TRECHO

Enpess 2018	SANDRA ELOIZA PAULINO	MÃES ABUSADAS, FILHAS ABUSADAS: DESVELAND O O ABUSO SEXUAL INCESTUOS O E SUA REPETIÇÃO ATRAVÉS DE GERAÇÕES	20 18	Este trabalho é resultado de nossa dissertação de mestrado, defendida em 2002 e revisitada na atual conjuntura, tendo em vista a emergência da temática em questão que visa compreender a dinâmica da família em que ocorre o abuso sexual incestuoso e sua repetição através de gerações. Perpassa, portanto, pela compreensão do incesto sob diferentes perspectivas teóricas, pela análise da dinâmica das famílias em que ocorreu o abuso sexual incestuoso, com ênfase para aquelas em que mães e filhas vivenciaram, em diferentes contextos, esse tipo de violência caracterizando assim a transgeracionalidade das relações incestuosas abusivas.	file:///C:/Users/user/Desktop/22962- Texto%20d o%20artigo -66269-1- 10- 20181219.p df	Sexual, abuso	"local que atendia crianças e adolescentes em situação de violência sexual" MESA: Comunicações orais - Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades
Enpess 2018	SORAYA FERREIRA DA SILVA LUCIANE CECÍLIA DE CARVALH O TEIXEIRA LAYSE INÊS MONTEIRO MACIEL MARCIA REJANE DE CARVALH O FEIO ANA LÚCIA MORAES DA SILVA	O TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO: HISTÓRICO, DETERMINA ÇÕES E ARTICULAÇÃO COM AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS E DIMENSÕES DO SERVIÇO SOCIAL PARA O SEU ENFRENTAM ENTO	20 18	O presente trabalho tem por objetivo de discutir sobre o trabalho infantil doméstico numa perspectiva de totalidade, no qual se privilegia estudar não somente o fenômeno de forma fragmentada, mas em toda a sua história e determinações, possibilitando o enfrentamento eficiente do fenômeno. Para que essa pesquisa empírica se tornasse possível, se utilizou como método o materialismo histórico e dialético em Marx. Portanto, primeiramente se fará uma localização histórica do trabalho infantil doméstico; após isso, se tratará sobre as suas determinações, interpretação do assistente social e políticas governamentais para o enfrentamento dessa expressão da "questão social", seguida das considerações finais e referências bibliográficas	file:///C:/Users/user/Desktop/22356- Texto%20d o%20artigo -64783-1- 10- 20181204.p df	trabalho, infantil	"ele muitas vezes vem associado a outras formas de violência: violência psicológica e violência física, violência sexual etc" MESA: Comunicações orais - Classes Sociais, Geração e Serviço Social
Enpess 2018	ALANA ANSELMO CARNEIRO VALERIA NEPOMUC ENO TELES DE MENDONÇ A ANTONIA OZANA SILVA LUNA DE CASTRO THAYANE FERREIRA DO NASCIMEN TO	A INVISIBILIDA DE DO TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO NO REDESENHO ATUAL DO PROGRAMA DE ERRADICAÇ ÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI)	20 18	O presente artigo versa sobre o aprofundamento das discussões acerca do fenômeno Trabalho Infantil Doméstico (TID) e seu enfrentamento através do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Trabalho este que foi construído através de pesquisa bibliográfica, com revisão de literaturas sobre os conceitos-chaves e dados apreendidos na Pesquisa Nacional por Amostragem. Os resultados observados demonstram a invisibilidade dada ao Trabalho Infantil, especialmente o doméstico levando em consideração o processo de naturalização dado pela sociedade e pelo Estado, reverberando na fragilização do Programa (PETI) que após mudanças em 2005 e 2013 perde foco de atuação sobre esta violação de direito. Palavras	file:///C:/Users/user/Desktop/22542- Texto%20d o%20artigo -65180-1- 10- 20181208.p df	trabalho infantil	"desta atividade perigosa que deixa vulneráveis estas crianças e adolescentes à violência sexual" MESA: Comunicações orais - Classes Sociais, Geração e Serviço Social
Enpess 2018	ALANA ANSELMO CARNEIRO VALERIA NEPOMUC ENO TELES DE MENDONÇ A ELIZEU ESPINDOL A DE ASSIS	CRIANÇAS, ADOLESCEN TES E AS RUAS: A EXPERIÊN CIA DO PLANO DE ENFRENTAM ENTO DO RECIFE – PERNAMBUC O	20 18	O presente artigo baseia-se no estudo realizado sobre adolescentes em situação de rua à vista do Plano Municipal de Enfrentamento a situação de rua de Crianças e adolescente na Cidade do Recife. O objetivo foi analisar essa estratégia de política pública. Entendendo que o referido Plano aponta um novo caminho a ser trilhado na atenção a esses sujeitos. Sendo realizada uma pesquisa bibliográfica, com a revisão da literatura sobre o tema, além de analisados os dados estatísticos de fontes oficiais sobre a temática e os marcos legais nacionais de proteção à infância e adolescência.	C:/Users/user/Desktop/22550- Texto%20d o%20artigo -65197-1- 10- 20181208.p df	Crianças, adolescent es	"a exemplo do plano de enfrentamento a violência 9 Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social sexual contra crianças e adolescentes" MESA: Comunicações orais - Classes Sociais, Geração e Serviço Social

Enpess 2018	ADRIANA LÍGIA ALVARENGA OLIVEIRA FRÓES ANA CLARA TAVARES OLIVEIRA	VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: DESAFIOS À REDE DE PROTEÇÃO NO BRASIL	2018	<p>O presente estudo teve como temática a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: desafios à Rede de Proteção no Brasil. A escolha do tema se deu pela relevância de demonstrar que a violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil possui alta incidência e se apresenta em diversas faces. Assim, foram destacados, também, os mecanismos de proteção e enfrentamento dessa violência por meio da Rede de Proteção, que possui um papel fundamental no atendimento das vítimas. Por tal razão, o presente estudo teve como objetivo demonstrar os tipos de violência e as suas consequências na vida das vítimas abordando, também, o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes, estabelecido pelo Conselho Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes (CONANDA), por meio da Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991. O tema proposto foi desenvolvido através da pesquisa bibliográfica, que resultou no Trabalho de Conclusão de Curso, cabendo enfatizar que o método utilizado foi o materialismo histórico dialético, o qual permite romper com abordagens unilaterais acerca da realidade. Constatou-se, portanto, que a violência sexual possui números alarmantes na sociedade brasileira e se apresenta em formas variadas, contudo, há uma preocupação do poder público e, sobretudo, dos órgãos que compõem a justiça brasileira de reduzir esses números, desse modo, campanhas e estratégias de enfrentamento vêm ganhando espaço com o objetivo de proteger às crianças e aos adolescentes.</p>	file:///C:/Users/user/Desktop/22598-Texto%20do%20artigo-65291-1-10-20181208.pdf	Violência sexual, crianças, adolescentes	"Violência sexual: abuso e exploração sexual." MESA: Comunicações orais - Classes Sociais, Geração e Serviço Social
Enpess 2018	ALANA ANDREIA PEREIRA	A EXPLORAÇÃO SEXUAL NO BRASIL E NA FRANÇA: CONCEITOS, TENDÊNCIAS E APROXIMAÇÕES	2018	<p>Esse trabalho é resultado de estudos realizados durante o curso de mestrado profissional na França. O objetivo do estudo foi problematizar a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil e na França. O método envolveu a revisão bibliográfica de autores brasileiros, duas entrevistas durante estágio de observação com profissionais franceses de instituições que trabalham com a violência sexual, como também foi feito o estudo de documentos franceses sobre o tema. Por fim apresentamos elementos analíticos que expressam um deslocamento da essência do fenômeno que reside na "questão social" e que só poderá ser superado pela via da emancipação humana.</p>	file:///C:/Users/user/Desktop/22943-Texto%20do%20artigo-71896-1-10-20190520.pdf	Exploração sexual	"Iniciamos ponderando sobre o uso do termo Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes" MESA: Comunicações orais - Classes Sociais, Geração e Serviço Social
Enpess 2018	ARONY SILVA CRUZ PAIVA BRUNA APARECIDA PAVOSKI MULINARI LILIANE MOSER	A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO MEDIDA DE (DES)PROTEÇÃO: CONTRADIÇÕES HISTÓRICAS NO CONTEXTO BRASILEIRO	2018	<p>O presente artigo, com base em revisão bibliográfica e documental, se propõe a compreender a emergência histórica de práticas e discursos que possibilitaram a construção de arranjos político-institucionais que ainda refletem na ação do acolhimento de crianças e adolescentes, mesmo após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Nele problematiza-se qual a relação do acolhimento institucional com as expressões da questão social e a ausência de políticas públicas voltadas ao atendimento das famílias de origem com vistas a garantir o direito à convivência familiar e comunitária, priorizando a atuação do Serviço Social neste contexto.</p>	file:///C:/Users/user/Desktop/22507-Texto%20do%20artigo-65111-1-10-20181208.pdf	Criança, adolescente	"violência intrafamiliar, abuso sexual – estupro de vulnerável, exploração sexual e negligência." MESA: Comunicações orais - Classes Sociais, Geração e Serviço Social

Enpess 2018	VÂNIA MARIA CAIO	A VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCEN TE NO CONTEXTO FAMILIAR E SOCIAL	20 18	Este trabalho aborda a questão da violência no núcleo familiar e social praticada contra a criança e o adolescente como violação aos seus direitos humanos. Para o enfrentamento da violência, em especial a de natureza doméstica, faz-se necessário envolver a família e diferentes profissionais que interagem com a criança e o adolescente. Metodologias participativas foram aplicadas para o desenvolvimento de práticas socioeducativas com base em princípios de reflexão, ocorrendo simultaneamente, de forma não linear, mas dialético. A violência doméstica foi trabalhada a partir de demandas emergentes do contexto de vida da população-alvo. Palavras-Chave: Criança. Adolescente. Família. Violência doméstica.	file:///C:/Users/user/Desktop/22135- Texto%20do%20artigo-64681-1-10-20181204.pdf	Violência	" afirmaram que também é sexual, moral e patrimonial. " MESA: Posteres
Enpess 2018	TATIANE PEREIRA DOS SANTOS	JUVENTUDE(S) DA PERIFERIA: VULNERABILIDADE E O TRÁFICO DE DROGAS*	20 18	O trabalho propõe analisar a situação de vulnerabilidade que permeiam as juventudes de periferia e a sua inserção ao tráfico de drogas. Na metodologia trata-se de pesquisa bibliográfica desenvolvendo a técnica de revisão literária. Nos resultados verificou-se que as juventudes experimentam a situação de vulnerabilidade tais como: a falta de perspectiva de trabalho, evasão escolar, pouco acesso às redes socioassistenciais, violência, etc. presentes nestas comunidades. Assim, observou-se a negação dos direitos sociais das juventudes da periferia, a precarização das Políticas públicas nesse processo	file:///C:/Users/user/Desktop/22190- Texto%20do%20artigo-64447-1-10-20181203.pdf	Juventude	"porém estudos apontam diversos tipos de violência (físico, sexual, etc)" EIXO: Classes sociais, geração e Serviço Social Sub-eixo: Juventude